

RELATÓRIO DE PESQUISA

PRÁ TI CAS DE

RE SIS TÊN CIA

PARA ENFRENTAR
A VIOLÊNCIA
URBANA DE GÊNERO
NA MARÉ,
RIO DE JANEIRO

2022



**PRÁ
TI
CAS
DE**

RELATÓRIO DE PESQUISA

**RE
SIS
TÊN
CIA**

**PARA ENFRENTAR
A VIOLÊNCIA
URBANA DE GÊNERO
NA MARÉ,
RIO DE JANEIRO**

2022

AUTORIA

Cathy Mcllwaine
Noelle Coelho Resende
Moniza Rizzini Ansari
Andreza Dionísio
Julia Gonçalves Leal
Fernanda Vieira
Miriam Krenzinger
Paul Heritage
Renata Pepl
Eliana Sousa Silva

PARCERIA E AGRADECIMENTOS

O projeto “Resistindo às violências de gêneros: construindo dignidades de meninas e mulheres através da resiliência comunitária no Rio de Janeiro” é uma pesquisa multidisciplinar que busca mapear os caminhos formais e informais, individuais e coletivos, que mulheres residentes de comunidades urbanas periféricas, especificamente as favelas da Maré, encontram para resistir às violências de gênero.

A pesquisa é liderada pela King’s College London (Departamento de Geografia) e Redes da Maré, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, People’s Palace Projects, Queen Mary University of London e Museu da Pessoa, com financiamento da British Academy, por meio do GCRF-Global Challenges Research Fund (Heritage, Dignity and Violence programme) (HDV190030).

PESQUISADORA PRINCIPAL

Cathy Mcllwaine (King’s College London)

PESQUISADORA ASSOCIADA PÓS-DOCTORAL

Moniza Rizzini Ansari (King’s College London)

COORDENADORA DE PESQUISA

Renata Pepl (Queen Mary University of London/People’s Palace Projects)

COPESQUISADORES

Miriam Krenzinger (Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ)

Paul Heritage (Queen Mary University of London/People’s Palace Projects)

Eliana Sousa Silva (Redes da Maré)

COORDENADORA DE CAMPO

Julia Leal (Redes da Maré,
Casa das Mulheres da Maré)

ASSISTENTE DE CAMPO

Fernanda Vieira (Redes da Maré,
Casa das Mulheres da Maré)

MOBILIZAÇÃO DE CAMPO

Andreza Dionísio (Redes da Maré, Casa das Mulheres da Maré)

SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

Noelle Resende (UFRJ)

DOCUMENTAÇÃO VISUAL

Mila de Choch

CONSELHEIRA

Caroline Moser (University of Manchester)

EDITOR DE RELATÓRIO

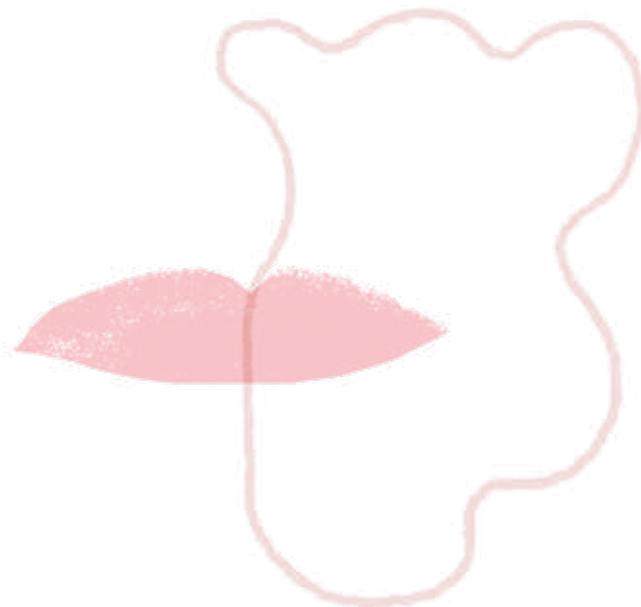
Damian Platt

DESIGN

Refinaria Design

Paula Santos

Para Adriana, Alessandra, Amanda, Angela, Carol, Catia, Celia, Celine, Elisa, Elza, Fabiana, Giovana, Ilza, Ingrid, Iolanda, Joseane, Jussara, Laís, Laura, Lia, Ludmila, Maria Rachel, Maria, Mariana, Paloma, Patricia, Poliana, Priscilla, Renata, Rita, Rosa, Sabrina, Silvia, Susana, Tamires, Teresa, Thabata e Vivian. Suas histórias e memórias teceram esse trabalho.



8

**INTRODUÇÃO,
MARCO CONCEITUAL E
CONTEXTO**

17

**ESTRUTURA
METODOLÓGICA E
PERFIL DAS MULHERES
ENTREVISTADAS**

22

**CONTORNOS DA
VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

24

**PRÁTICAS DE
RESISTÊNCIA PARA
LIDAR COM A VIOLÊNCIA
URBANA DE GÊNERO:
CURTO, MÉDIO E LONGO
PRAZOS**

60

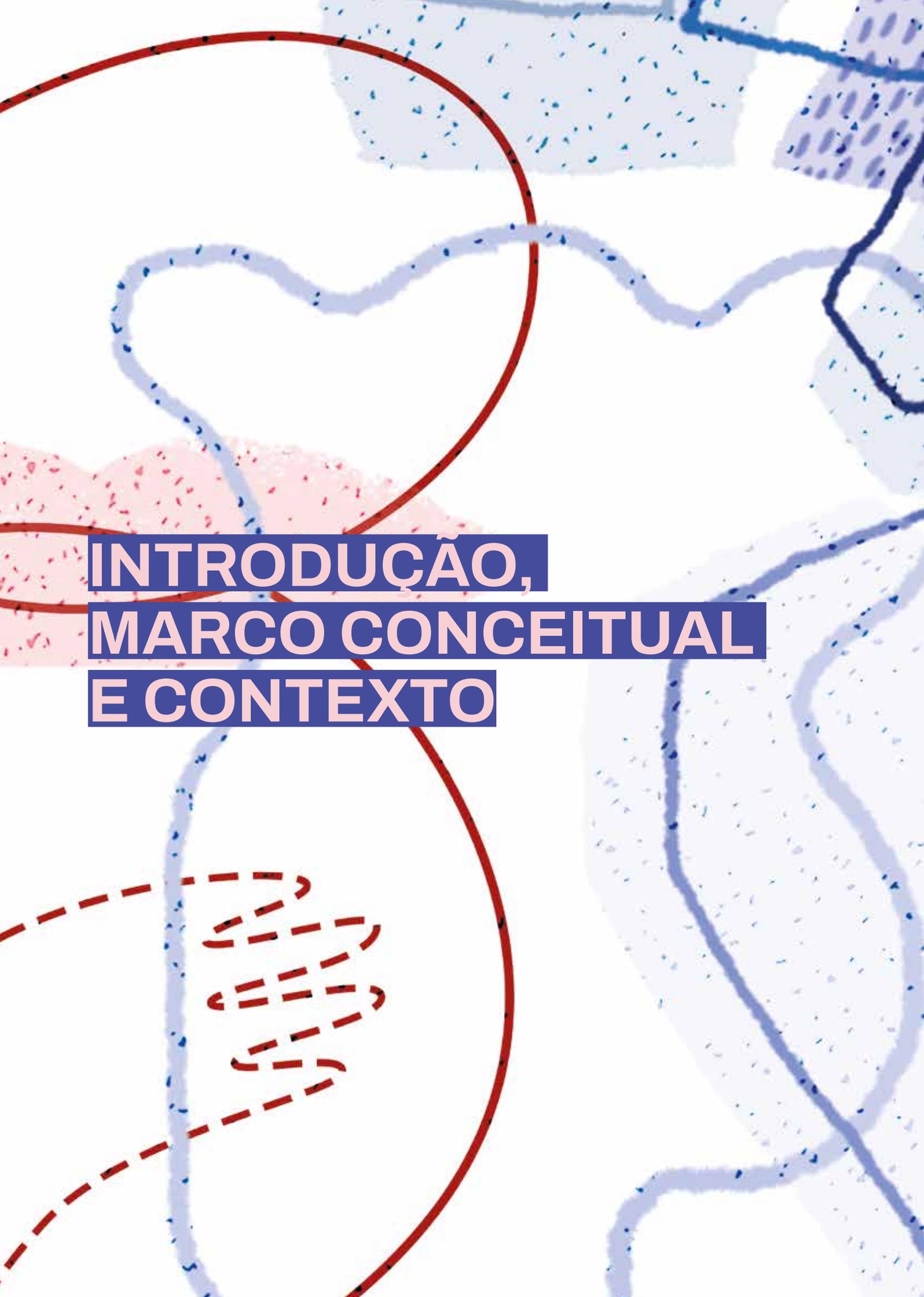
**O ENFRENTAMENTO
DAS MULHERES
À PANDEMIA DE
COVID-19**

68

**CONCLUSÕES E
RECOMENDAÇÕES**

**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

ANEXOS

The background features abstract, hand-drawn elements. A prominent solid red circle is on the left. A thick, wavy blue line meanders across the center and right. There are also light blue shaded areas with a dotted texture and a red dashed line in the lower-left quadrant.

INTRODUÇÃO, MARCO CONCEITUAL E CONTEXTO

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os principais resultados de uma pesquisa realizada como parte do projeto “Resistindo às violências de gênero: construindo dignidades de meninas e mulheres através da resiliência comunitária no Rio de Janeiro.”¹ O relatório tem como foco a análise de dados coletados em entrevistas e grupos focais com mulheres moradoras das favelas da Maré. Trata-se de um estudo interdisciplinar e coproduzido, e uma metodologia participativa para a investigação de práticas de enfrentamento e resistência a violências urbanas de gênero desenvolvidas por mulheres na Maré.²

O principal objetivo do projeto foi examinar a construção da dignidade e da resistência pelas mulheres em relação às violências de gênero na Maré, e engloba os seguintes objetivos:

- Avaliar as interrelações conceituais entre resistência, agência e dignidade, em relação a como mulheres lidam com violências de gênero;
- Identificar práticas formais, informais e criativas de resistência à violência de gênero;
- Traçar processos e práticas culturais de como a dignidade emerge ao longo do tempo e é gerada entre mulheres que rejeitam a vitimização e se tornam protagonistas, tanto individual quanto coletivamente;
- Examinar como a história comunitária pode contribuir para a criação de práticas de resistência de gênero e construção de dignidade;
- Avaliar como processos e práticas de resistência podem ser aproveitados para reduzir a violência de gênero no contexto da violência urbana endêmica, e como preveni-la, desafiando as desigualdades estruturais.

¹ A pesquisa aqui relatada dá continuidade a pesquisas anteriores realizadas por meio de uma parceria entre Brasil e Reino Unido sobre como a violência de gênero afeta as mulheres brasileiras que vivem em Londres e as que moram na Maré. O primeiro projeto foi desenvolvido entre 2016 e 2018, por meio da cooperação entre King’s College London, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Redes da Maré e o People’s Palace Project da Queen Mary University of London, em conjunto com a Latin American Women’s Rights Service e a CASA Latin American Theatre Festival, tendo sido financiado pelo ESRC e Newton Fund sob a doação ES/N013247/1. O projeto atual é financiado pela British Academy e pelo Global Challenges Research Fund, sob concessão HDV190030 e focado apenas na Maré.

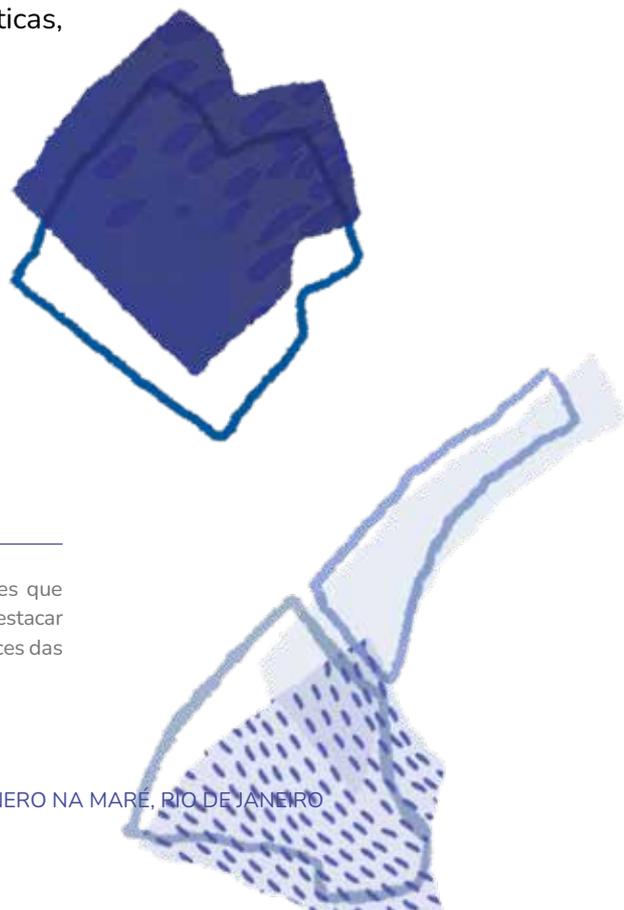
² A produção de conhecimento e as decisões sobre a gestão das atividades de pesquisa foram conduzidas coletivamente entre os pesquisadores no Reino Unido e a equipe responsável pela coleta e sistematização de dados no Brasil. Esse processo possibilitou o protagonismo das mulheres da Maré na construção de narrativas sobre seus próprios processos de resistência. A colaboração entre as equipes permitiu que o trabalho continuasse, mesmo diante da eclosão da pandemia de COVID-19.

Se, por um lado, as mulheres são alvo de uma variedade inimaginável de formas de violência urbana de gênero, também são agentes de enfrentamento desta mesma violência, criando desde pequenos atos diários individuais a atos coletivos e ações políticas estruturais. Em outras palavras, as mulheres criam múltiplas formas de resistência por meio de práticas de curto, médio e longo prazos, de forma individual e coletiva, formal e informal. A pesquisa procurou analisar esses processos na tentativa de contribuir para a tecelagem de uma história, composta pelas linhas de resistência criadas pelas mulheres ao longo de suas vidas – uma memória coletiva – sobre as lutas das mulheres neste território.³

Este relatório se baseia em 32 entrevistas e cinco grupos focais realizados com mulheres residentes na Maré, com o objetivo de explorar as principais formas de violência urbana de gênero direta e indireta, que identificam as práticas de resistência que elas desenvolvem e as redes que constroem e acessam ao longo de suas vidas. As entrevistas visaram aprofundar as experiências específicas de cada mulher, enquanto os grupos focais foram espaços de reflexão coletiva.

A violência urbana direta e indireta em Maré possui níveis excepcionalmente altos, mas as mulheres desenvolvem práticas de resistência múltiplas e inovadoras para enfrentá-la. Nosso objetivo foi identificar a variedade de tais práticas desenvolvidas por mulheres em um espectro de diferentes tipos – curto e médio prazos, longo prazo, formal, informal, individual e coletivo – apesar de reconhecermos a indefinição ou permeabilidade entre tais categorias. Práticas de resistência podem, ainda, ser reativas a situações emergenciais ou mais transformadoras no enfrentamento a desigualdades racializadas estruturais. Em todas estas práticas, a potência das mulheres é central e definidora.

³ Quando designamos *mulheres* como forma de ver a coletividade de mulheres que participaram da pesquisa, não pretendemos generalizar suas perspectivas, mas destacar a semelhança da experiência, reconhecendo as singularidades, exceções e nuances das experiências de cada uma. Também estão incluídas as mulheres trans.



MARCO CONCEITUAL: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES PARA LIDAR COM A VIOLÊNCIA URBANA DE GÊNERO

Embora o objetivo deste relatório seja delinear os achados da pesquisa, é importante discutir brevemente sua estrutura conceitual, quanto a uma definição ampla e abrangente de “violências urbanas de gênero” e de “práticas de resistência” de mulheres para enfrentá-las.

O que é violência urbana de gênero? Com a Declaração da ONU, em 1993, para a Eliminação da Violência contra a Mulher, Violência Baseada em Gênero (VBG) se refere a atos físicos, sexuais ou psicológicos de danos contra as mulheres e meninas, que ocorrem nas esferas privada e pública da família, comunidade e Estado, envolvem a ameaça de violência, coerção e detenção arbitrária e podem incluir questões financeiras e emocionais, perpetradas por parceiros íntimos masculinos e de diferentes gêneros e sexualidades, pais, irmãos, avós, parentes estendidos, bem como empregadores.

A Violência Provocada por Parceiro Íntimo (VPPI) se refere a dinâmicas específicas de parceiros do sexo masculino ou violência de ex-parceiros contra suas parceiras, como a forma mais comum de VBG. Femicídio se refere ao homicídio doloso de mulheres por causa de seu gênero, podendo ocorrer em ambientes privados ou públicos. A violência doméstica é uma forma específica de violência de gênero que também pode ser perpetrada contra homens, crianças ou pessoas com identidades de gênero não-conformistas.

É importante reconhecer que as pessoas LGBTQI+ sofrem níveis desproporcionais de violência nas esferas privada e pública (Mcllwaine, 2013; ONU Mulheres, 2015). A violência de gênero pode ser indireta e estar relacionada a formas mais amplas de violência estrutural, institucional e especificamente estatal (Brickell e Maddrell, 2016). Isso é especialmente acentuado nas cidades onde a agressão e a negligência de Estado ocorrem por meio de prestação de serviços inadequada e de políticas públicas ineficazes, o que pode ser chamado de “violência lenta” (*slow violence*, segundo Piedalue, 2019) ou “violência infraestrutural” (Datta e Ahmed, 2020; Mcllwaine et al., 2021).

Uma dimensão-chave das violências de gênero é sua complexidade, multiplicidade e interseccionalidade. Violências de gênero estão enraizadas no patriarcado e em relações coloniais, que se materializam em práticas racistas, socialmente excludentes, sexistas, homofóbicas e transfóbicas. No Brasil, por sua história relativamente recente de escravidão, tais práticas são particularmente persistentes (Carneiro, 2003; Ribeiro, 2017).

As mulheres afro-brasileiras e/ou LGBTQI+, muitas vezes, experimentam a violência desproporcionalmente (Krenzinger et al., 2021; Smith, 2016). Portanto, é importante designar as violências de gênero no plural, como multidimensional e ocorrendo em vários domínios, direta ou indiretamente.

No contexto atual, a violência urbana de gênero se refere a múltiplos tipos sobrepostos de violência direta e indireta experimentados por mulheres. Alguns são motivados diretamente pelo exercício do poder social sobre as mulheres por meios físicos, sexuais e psicológicos (violência de gênero no lar, violência de gênero no espaço público), enquanto outros afetam mulheres de formas que variam quanto ao gênero (violência armada, conflito urbano, violência racial), e outros ainda as atingem indiretamente, mas com vieses de gênero (estigma territorial, violência estrutural, violência simbólica) com a violência de Estado incluída em todos esses indiretamente (ver Quadro 1 neste documento).

O que são práticas de resistência? A resistência à violência se refere a “ações tomadas para combater ou reduzir a violência”, que podem ser atos, momentos ou intervenções (Pain, 2014). Existe um grande corpo bibliográfico sobre formas cotidianas de resistência em geral e especificamente em relação à violência (Scott, 1985; Certeau, 1984). Muitos reconhecem múltiplas táticas de resistência que são formais e informais, encobertas e ocultas, organizadas e desorganizadas ao longo de um *continuum* (Heredia, 2017), bem como historicamente marcadas por relações interseccionais de poder (Johansson e Vintagen, 2016). Aqui, usamos o termo “práticas” em vez de estratégias (conforme Certeau, 1984), para destacar quando são de natureza mais reativa (Datta et al., 2007; Moser, 2009).

Autoras feministas do Brasil e de outros países há muito tempo exploram a natureza das práticas de resistência (Hooks, 1990), que podem ser individuais e coletivas, respondem a múltiplas formas de violência (Rajah e Osborn, 2020), e implicam atos de resistência passiva e ativa. Enquanto algumas práticas se dirigem a perpetradores individuais de violência por parceiro íntimo, outras se concentram em desafiar condições estruturais mais amplas (Faria, 2017; Fluri e Piedalu, 2017). Em situações endêmicas de violência urbana, pobreza e medo, o surgimento e criação de práticas de resistência podem ser comprometidas (Hume e Wilding, 2020; Zulver, 2016).

Uma ampla gama de tipologias e conceituações captam as respostas de mulheres a violências urbanas de gênero diretas e indiretas. Estas são diversas e contingentes ao tipo de violência de gênero e do contexto estrutural específico (espacial e temporalmente). Desenvolvidas em diversos contextos (Piedalu, 2017; 2019 sobre resistência plural e não violência lenta nos EUA e Índia), muitas tipologias derivam da América Latina, refletindo a longa história do ativismo feminista na região, especialmente no Brasil (Alvarez, 1990; Loureiro, 2020; Maier e Lebon, 2010; Márquez-Montaño, 2020; Martin e Shaw, 2021), como demonstrado a seguir:



QUADRO 1 - CONCEITOS DE RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA URBANA DE GÊNERO

Fonte	Conceitualização da resistência	Natureza da conceitualização da resistência
LasTesis (2019) * baseado em Segato (2016)	Desempenho público de resistência (contra a violência estatal e a cultura do estupro)	Mobilizar as mulheres globalmente em torno da música como forma de protesto. Baseia-se nas ideias de Segato sobre cultura do estupro perpetrada individualmente e pelo Estado. “Um estuprador em seu caminho” (<i>Un violador en tu camino</i>) (Chile, América Latina em geral, globalmente)
Gago (2020)	Desempenho público de resistência (contra a violência estatal e a cultura do estupro)	Solidariedade global da “internacional feminista”, atraindo o interesse de mulheres e grupos LGBTQI+ juntos. Paralisação do trabalho produtivo e reprodutivo. Protesto público (Argentina, América Latina, globalmente)
#NiUnaMenos (2015), Rottenberg (2019)	Greve das Mulheres (contra violência e exploração estrutural e cotidiana corporificada)	Mobilizações de massa periódicas. Ativismo <i>on-line</i> e coleta de dados (América Latina em geral)
Jimeno (2010)	Protestos públicos (contra violência de gênero persistente e feminicídio)	Mobilizações de massa periódicas. Ativismo <i>on-line</i> e coleta de dados (América Latina em geral)
Nascimento (2021)	Comunidades políticas emocionais (contra violência íntima, estatal e institucional)	Compartilhar testemunhos pessoais para criar laços afetivos que podem ser reconfigurados em ação (Colômbia)
Gonzalez (1988)	Construção de comunidades-quilombos (contra violência de gênero coloniais, racializadas, e de Estado - lutas abolicionistas)	Resistência cultural negra e movimentos de protesto. Por exemplo, a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência, e pelo Bem Viver, 2015 (Brasil)
Zulver (2016, 2022)	Amefricanidade (contra violência de gênero colonializada, racializada e de Estado)	Criação de identidade coletiva, geração de capital social (El Salvador e Colômbia)
Jokela-Pansini (2020)	Feminismo de alto risco (em contextos de alto risco e de violências de gênero diretas e indiretas contra mulheres)	Criação de identidade coletiva, geração de capital social (El Salvador e Colômbia)
Hume e Wilding (2020)	Política situada da agência de mulheres (em contextos de alto risco e de violências de gênero diretas e indiretas contra mulheres)	Gerenciamento imediato de ameaças, criação de espaços seguro – formais e informais (Brasil e El Salvador)

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria. 2022

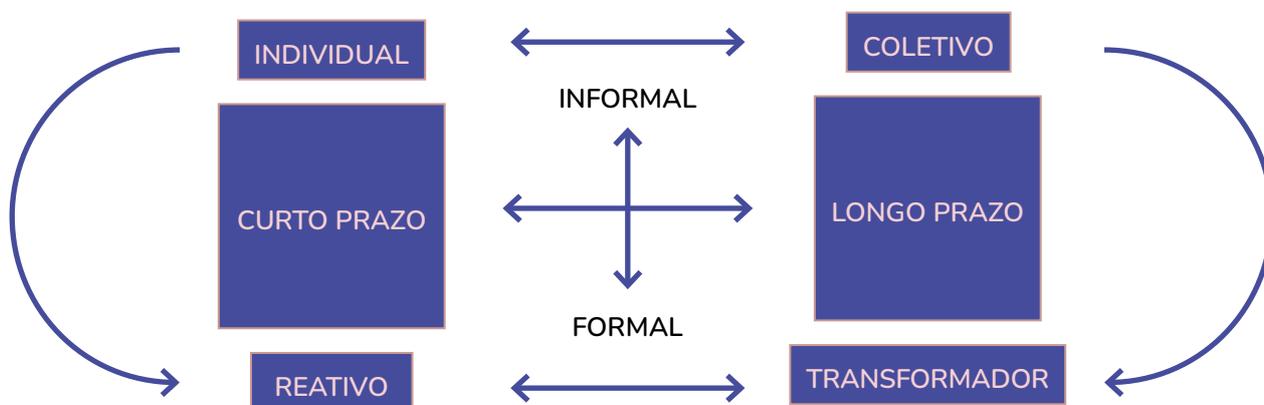
Este relatório desenvolve um quadro descritivo de práticas de resistência sobrepostas para enfrentar a violência urbana de gênero, que se estendem por um *continuum* de práticas que vão desde as reativas – que respondem à violência imediatamente – até aquelas que, com o tempo, possibilitam a transformação de processos estruturais e a reformulação da vida de mulheres por meio da resistência. Tais processos permitem questionar estruturas de poder e opressão baseadas em relações interseccionais de gênero, bem como reconhecer as restrições ao direito à cidade que mulheres enfrentam ao lidar com a violência de gênero, em todas as suas formas, em contextos de conflito urbano endêmico.

O marco conceitual deste estudo envolve oito variáveis nas quais diferenciamos práticas reativas e ações de resistência estruturantes e transformadoras, de curto prazo e de médio e longo prazos. Todas as práticas podem ser individuais ou coletivas, emergem e revelam a experiência vivida de lidar e resistir à violência de gênero de modos formais e informais (Figura 1). Elas não estão organizadas em torno de uma dinâmica linear ou evolutiva (i.e., da reação à transformação), mas pela composição e alternância, em diferentes momentos e situações, de aspectos emergenciais e estruturantes. Por isso identificamos “zonas liminais” como fronteiras que obscurecem categorizações aparentemente binárias (Figuras 7 e 8).

Um aspecto-chave subjacente a esta estrutura conceitual é o efeito reativo-transformador que ressoa com o trabalho de Moser (2021) sobre “transformação de gênero”, que envolve, primeiro, atender a necessidades básicas; segundo, capacitar as mulheres para a produção de ativos e proporcionar oportunidades econômicas; e terceiro, buscar mudanças legais, institucionais e sociais coletivamente, para gerar transformações efetivas.

Em termos gerais, o relatório descreve a diversidade de práticas de resistência como respostas à violência multidimensional vivida em escalas que vão do corpo à comunidade, ao estado e além. O individual e o coletivo se entrelaçam e são plurais, especialmente em relação à memória coletiva e ao conhecimento comunitário transgeracional das mulheres, que são fundamentais para a construção da dignidade. O relatório também questiona como práticas de resistência foram construídas em resposta à pandemia da COVID-19. Há evidências de que coletivos feministas intensificaram suas atividades durante a pandemia, especialmente em torno da conscientização sobre a violência doméstica (Ventura Alfaro, 2020 no México). Por isso, este relatório investiga se isso ocorreu na Maré.

FIGURA 1 - ESTRUTURA DE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA PARA LIDAR E COMBATER A VIOLÊNCIA DE GÊNERO



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria. 2022

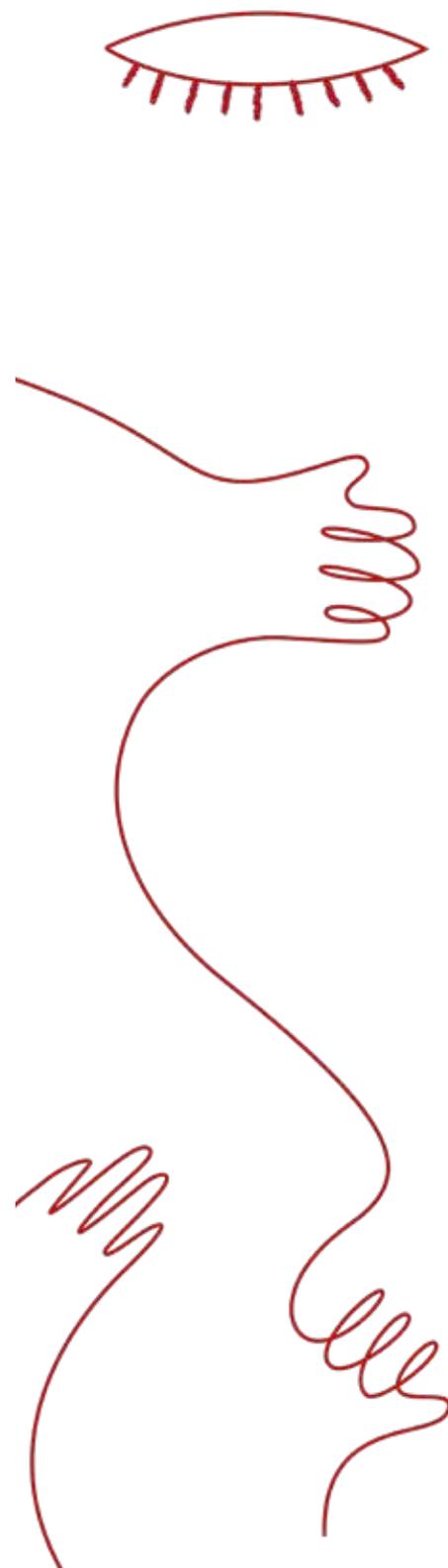
MARÉ EM CONTEXTO

A Maré é um dos maiores grupos de favelas do Brasil, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. O território é afetado por altos níveis de pobreza, desigualdade, crime organizado e insegurança pública, mas também abriga múltiplas lutas, protestos e resistências, assim como uma grande rede de iniciativas e organizações da sociedade civil. A Maré se consolidou entre os anos 1940 e o início dos anos 2000 como bairro, criado formalmente pela Lei Municipal nº 2.119, em 19 de janeiro de 1994. Ocupa quase 4 km² e é formada por 16 favelas, abrigando cerca de 140 mil moradores, segundo o Censo Comunitário de 2013. A Maré é maior que 96% dos municípios brasileiros e, em relação à cidade do Rio de Janeiro, um em cada 46 habitantes do município reside lá. Enquanto dois terços da população são originários da própria cidade do Rio de Janeiro e residem há gerações na Maré, o restante é de origem Nordestina (Redes da Maré, 2013; Krenzinger e outros, 2018).⁴

Em termos da população, 51% são mulheres e 62% se declaram como pretos e pardos (Redes da Maré, 2013). Mais da metade dos moradores, ou 56% tiveram pelo menos um filho em 10 anos, com 9% sendo mãe ou pai entre 15 a 19 anos de idade. Quase metade das mulheres (45%) são mães solo, o que significa que carregam um peso desproporcional para criar seus filhos, com muitas vivendo em unidades domésticas estendidas. Muitos moradores têm baixos (embora crescentes) níveis de educação e trabalham formal ou informalmente. Na Maré, há mais de 3 mil estabelecimentos comerciais, 50 escolas, sete postos de Saúde e uma unidade de emergência. A prestação de serviços públicos é inadequada, resultando em moradores não conseguindo acessar direitos básicos.

A Maré é dominada por três grupos armados do Rio de Janeiro: duas facções ligadas ao tráfico de drogas, o Comando Vermelho e o Terceiro Comando, e um grupo paramilitar, a milícia. As forças de Segurança do Estado frequentemente fazem incursões letais que resultam em violência sistemática, afetando o cotidiano dos moradores. Foram 71 incursões policiais entre 2018 e 2020, resultando em 58 óbitos (People's Palace Project; Redes da Maré, 2020). Além das mortes, as Operações policiais violam o acesso a serviços públicos (com o fechamento de escolas e unidades de Saúde), bem como direitos básicos (invasões de casas, danos materiais, assaltos e prisões arbitrárias). Tais ações são rotineiras

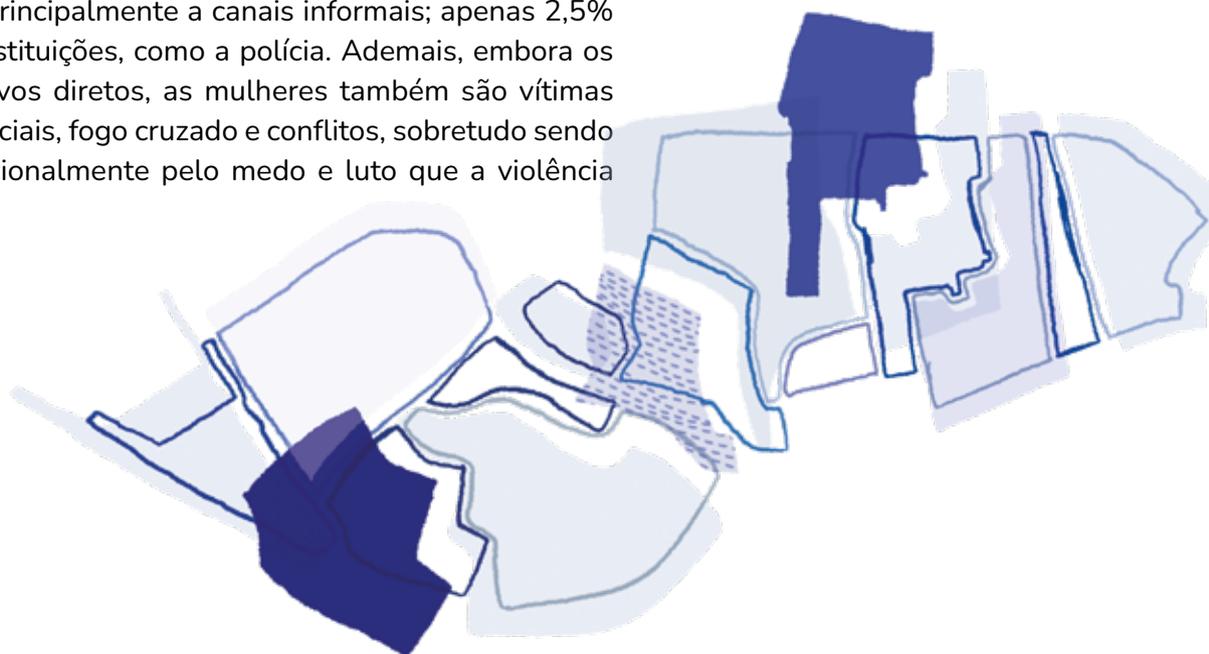
⁴ Os dados da Maré apresentados foram extraídos do Censo do IBGE (2010) e o Censo da Maré (2013). Disponíveis em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html> e https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf



nas favelas do Rio de Janeiro. Operações policiais, confrontos entre facções ligadas ao comércio varejista de drogas e confrontos entre os grupos armados e as forças de Segurança são a principal fonte de medo, ameaça e violência na Maré (Silva, 2017; Fernandes, 2014; Garmany e Pereira, 2018).

De acordo com estimativas, nacionalmente, 35% das mulheres sofreram formas de violência de gênero (nas esferas pública e privada), 80% das quais foram perpetradas por um atual ou ex-parceiro (Guimarães e Pedroza, 2015). Uma mulher foi assassinada todos os dias no Rio de Janeiro em 2016 (Krenzinger et al., 2018). Ainda que reconhecendo a subnotificação, mais de 250 mulheres tiveram experiências diretas de violência de gênero todos os dias durante o isolamento social, entre março a dezembro de 2020, no estado do Rio de Janeiro, das quais 61% ocorreram dentro de suas residências (ISP, 2021).

Pesquisas anteriores na Maré (Krenzinger et al., 2018; McIlwaine et al., 2021) mostram que 57% das participantes experimentaram uma ou mais formas de violência direta de gênero no âmbito privado e na esfera pública (34% física, 30% sexual e 45% psicológica), com mulheres negras sendo mais propensas a sofrer violências (69% das mulheres pretas em comparação com 55% das pardas e 50% das que se identificam como brancas). Quase metade (47%) da violência foi perpetrada por parceiros íntimos, com mais da metade dos incidentes ocorrendo na esfera pública (53%). Significativamente, apenas 52% das mulheres que sofreram violência direta de gênero denunciaram ou falaram sobre o ocorrido. Elas recorreram principalmente a canais informais; apenas 2,5% denunciaram a instituições, como a polícia. Ademais, embora os homens sejam alvos diretos, as mulheres também são vítimas nas incursões policiais, fogo cruzado e conflitos, sobretudo sendo impactadas emocionalmente pelo medo e luto que a violência armada gera.





**ESTRUTURA
METODOLÓGICA E
PERFIL DAS MULHERES
ENTREVISTADAS**

O projeto foi estruturado em torno de um projeto colaborativo, coproduzido e de metodologia interdisciplinar, para examinar práticas de resistência desenvolvidas por mulheres da Maré contra violências urbanas de gênero. A metodologia qualitativa, de estrutura multimetodológica, é composta por entrevistas em profundidade, grupos focais (incluindo desenho observacional das discussões – Heath et al., 2018), mapeamento GIS participativo (Elwood, 2006), oficinas de mapeamento corporal (Lopes-Heimer, no prelo; Zaragocin e Caretta, 2021) e narrativa digital por meio da tecnologia social da memória (Garde-Hansen e Worcman, 2016), para mapear a vida e caminhos de luta das mulheres da Maré no enfrentamento a violências.

Este relatório é baseado na análise qualitativa dos dados coletados por meio de:

- 32 entrevistas individuais com mulheres residentes na Maré;
- Cinco grupos focais compostos por mulheres previamente entrevistadas, agrupadas por perfis que emergiram nas entrevistas (Tabela 1), bem como mulheres (residentes ou diretamente relacionados com a Maré), que atuam na defesa dos direitos humanos;
- Nove entrevistas individuais com mulheres que trabalham em duas iniciativas organizadas após o início da pandemia de COVID-19: a *Rede de Apoio a Mulheres da Maré (RAMM)* e a *Campanha Maré Diz Não ao Coronavírus*.

É esta história comunitária, ao mesmo tempo delicada e forte, e é esta memória, ao mesmo tempo individual e coletiva, que a pesquisa teve como objetivo retratar, por meio das narrativas de mulheres. Como Rita, uma mulher preta de 19 anos, contou:

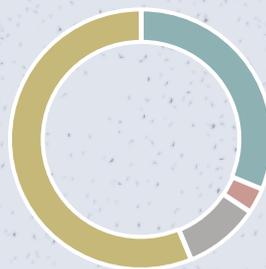
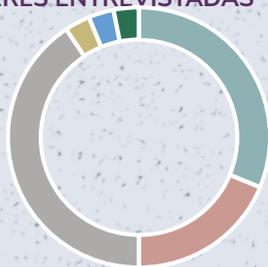
Eu fui pesquisar a história da Maré e eu vi que tudo começou com um monte de mulheres. A dona Helena contou a história que elas e as amigas foram buscar água, luz. As mulheres estão aqui, enquanto os homens saem para trabalhar - então a gente que fica aqui, na linha de frente. Quando tem Operação policial, são as mulheres que vão defender - sejam as mulheres que trabalham, as mulheres que estão cuidando das crianças para não ficarem na rua. Então, as mulheres têm um papel fundamental de fazer a favela.

AUTODECLARAÇÃO RACIAL*

ESTADO CIVIL

TABELA 1: PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS⁵

10	Branca
13	Preta
06	Parda
01	Amarela
01	Indígena
01	Não sabe

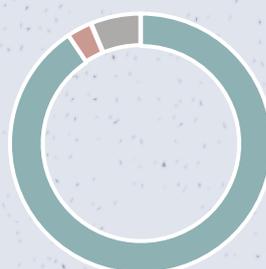
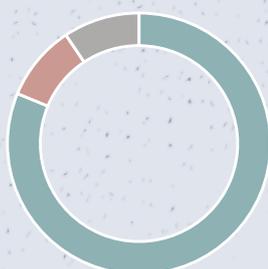


Solteira	18
Casada	10
Separada ou Divorciada	03
União estável	01

ORIENTAÇÃO SEXUAL

OCUPAÇÃO LABORAL***

26	Heterossexual
03	Homossexual
03	Bisexual

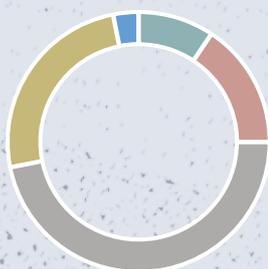


Possui alguma ocupação	29
Não possui ocupação	01
Não informou	02

ESCOLARIDADE

RELIGIÃO

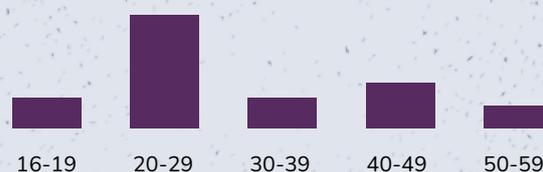
15	Ensino Médio
08	Ensino Superior incompleto
05	Ensino Médio incompleto
03	Ensino Fundamental incompleto
01	Ensino Superior



Evangélica	11
Católica	06
Não tem religião	05
Não respondeu	05
Umbanda	01
Candomblé	01
Espírita	01
Agnóstica	01
Cristã (sem especificação)	01

VÍNCULO ANTERIOR COM A CDM**

IDADE



⁵ Os dados de perfil não incluem participantes do piloto do Grupo Focal V, composto por mulheres que atuam na Maré na área de direitos humanos.

* As categorias étnico-raciais utilizadas na pesquisa seguem a indicação oficial do Censo Demográfico brasileiro. É importante reconhecer que a terminologia é objeto de dissensão, apesar de sua estabilidade como parâmetro de pesquisa social no Brasil (Munanga, 2019).

** Vínculo com a Casa das Mulheres inclui estar ou ter já trabalhado nesta organização, participado de algum projeto ou curso, ou ter sido atendida pela Casa.

*** A categoria ocupação inclui mulheres que estudam, estão realizando estágio, ou alguma atividade produtiva. Das que trabalham, a maior parte tem vínculos informais.

ESTRUTURA DAS ENTREVISTAS E GRUPOS FOCAIS

As entrevistas foram divididas em quatro blocos, totalizando 21 perguntas. Essa estrutura foi utilizada de forma flexível, de acordo com as pesquisadoras de campo. Os blocos de perguntas giravam em torno de “relações com a Maré” - em termos de tempo de residência, e relações afetivas com o território; “territórios e violência” quanto aos desafios de se viver na Maré - em termos de discriminação, operações policiais e circulação dentro e fora do território; “violência doméstica” quanto às experiências pessoais e familiares de violência, especialmente em tempos de COVID-19. A parte final tratava das “práticas de enfrentamento” individuais e coletivas, juntamente com perspectivas futuras (Anexo 1).

Os grupos focais tiveram como objetivo explorar as dimensões coletivas de práticas para enfrentar violências identificadas nas entrevistas.⁶ Eles foram organizados com base em cinco denominadores comuns de perfil entre as participantes:

- i. mulheres que relataram ter no trabalho formal ou informal um diferencial de exposição e enfrentamento às violências de gênero;
- ii. mulheres dedicadas ao trabalho e à vida doméstica, que muitas vezes se definiam como “caseiras”;
- iii. mulheres mais jovens e politizadas que demonstraram uma experiência discursiva e/ou prática com perspectivas feministas e raciais;
- iv. mulheres que mobilizam seus corpos e experiências corporais de resistência na Maré;
- v. mulheres que trabalham em organizações de direitos humanos na Maré, dedicando tempo integral ao apoio a outras mulheres localmente (grupo-piloto).

⁶ Dentro dos perfis, a mesmo participante pôde compartilhar características comuns com outros grupos em termos de critérios sociodemográficos, como idade, identidade racial, escolaridade, religião, etc. No entanto, visões e atitudes expressas durante as entrevistas estavam fortemente conectadas com suas vidas diárias e diferentes interações com a Maré. O objetivo era obter diversidade discursiva e práxis, ao invés de retratar perspectivas contrastantes de acordo com agrupamentos sociodemográficos.

Foi elaborado um roteiro para a realização dos grupos focais, composto por três eixos temáticos. Como ocorreu nas entrevistas, tal roteiro não funcionou como uma estrutura rígida. A sua aplicação foi gerida de acordo com as especificidades de cada grupo. Os eixos temáticos foram: gênero e violência, territórios e violência, práticas de enfrentamento (formais e informais), incluindo redes, coletivos, instituições e serviços que conhecem e acessam (Anexo 1).

Além de método para a coleta de dados, os grupos focais se tornaram um espaço para compartilhar histórias, e para a escuta e elaboração coletiva entre as mulheres. Houve momentos de silêncio, falas simultâneas, risos, choros e acolhimentos. A separação por perfis facilitou a troca, pois mesmo quando as mulheres não se conheciam, foi possível o estabelecimento de um vínculo comum. Apesar da singularidade, apareceram medos, inseguranças, desafios, objetivos e estratégias de enfrentamento às violências compartilhadas em cada grupo. Os grupos foram ainda um espaço de relato de histórias individuais íntimas, por vezes com a narrativa de experiências pouco ou nunca antes partilhadas pelas mulheres. Foram também espaço de aconselhamento coletivo. Para capturar essas nuances, muitas vezes não registradas por métodos tradicionais das Ciências Sociais, uma artista esteve presente para documentar os grupos focais, criando ilustrações para representar a linguagem oral e corporal das participantes.



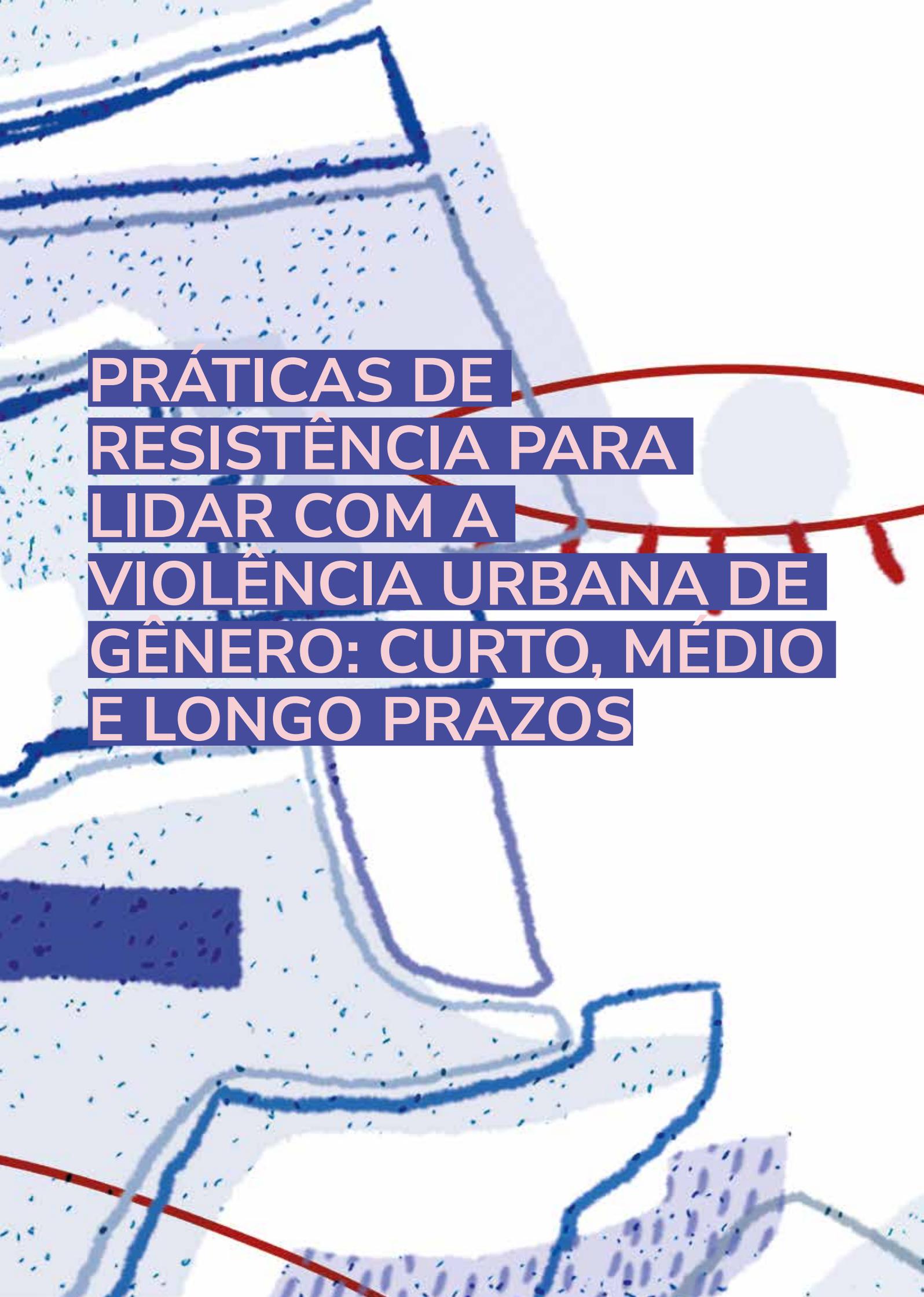
CONTORNOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

As mulheres abordaram explícita e frequentemente várias formas de violência de gênero e práticas de resistência correspondentes, durante entrevistas e grupos focais, oferecendo novos entendimentos sobre como suas ações são potentes, agentes, estruturadas e moduladas em relação a suas visões de mundo e histórias.⁷ A seguir, são apresentados alguns temas principais identificados nas narrativas das mulheres sobre suas percepções e experiências, formulados em um roteiro básico de tipos de violência, formas de manifestação e formas de resistência, que serão categorizadas e analisadas mais adiante.

⁷ Os dados da pesquisa sobre formas de violência foram extremamente ricos, porém, neste relatório, o foco da análise está nas práticas de enfrentamento, combate e resistência a tais manifestações de violência. Para mais informações sobre as experiências de violência de gênero vividas na Maré, ver relatórios da pesquisa anterior, disponível em < <https://transnationalviolenceagainstwomen.org/publicações/> >

QUADRO 2 - ROTEIRO DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA URBANA DE GÊNERO, FORMAS DE MANIFESTAÇÃO E FORMAS DE RESISTÊNCIA

TIPO DE VIOLÊNCIA	FORMAS DE MANIFESTAÇÃO	FORMAS DE RESISTÊNCIA
Violência de gênero em casa	Violência doméstica, violência por parceiro Íntimo, abuso intrafamiliar, abuso sexual, abuso emocional, subjugação financeira e econômica, gaslighting, agressão verbal, coação	Adotar o silêncio estratégico, sair de casa, mudar hábitos e rotinas, mudar de casa, evitar relacionamentos, acionar redes afetivas de proteção, redes de apoio mútuo, redes formais, usar segurança privada, participar em espaços coletivos, investir em autonomia financeira, contar com conhecimento transgeracional, utilizar do recurso a espaços religiosos
Violência de gênero em espaços públicos	Assédio, agressão sexual, estupro, coação e intimidação, perseguição, toque não consentido	Buscar espaços e rotas seguras, evitar circular à noite, portar instrumentos afiados, manter-se perto de mulheres, ter consciência corporal e de postura na rua, estar acompanhada por homens
Violência armada/ conflito urbano	Tiros, fogo cruzado, violência armada, violência policial, extorsão, ameaça, tortura, coação, tratamento injusto, gestão injusta de conflitos, policiamento racista, militarização territorial, dominação paralegal, violência de Estado	Ficar em casa, buscar espaços e rotas seguras, avaliar risco constante, divulgar informações, proteger a família, procurar companhia de mulheres, proteger os homens, documentar violações, usar mídias sociais, ter atenção às normas locais, adotar mecanismos de resolução alternativa de conflitos, ter conhecimento transgeracional
Violência racial	Racismo, preconceito racial, discriminação, intolerância religiosa, ridicularização corporal (body shaming), crime de ódio, violência de Estado	Recorrer à ancestralidade, adotar práticas de autocuidado, autoafirmação, ativismo <i>on-line</i> , usar criativamente o corpo como meio de resistir, obter engajamento coletivo, usar o recurso de espaços religiosos
Estigma da área	Discriminação, criminalização, segregação simbólica, suspeita, tratamento injusto, humilhação, constrangimento sobre o local de residência, violência de Estado	Valorizar a história da comunidade, autoafirmação, vocalizar e se impor, participar em espaços coletivos, ativismo <i>on-line</i> , empreendedorismo, profissionalização
Violência estrutural	Barreiras de acesso à educação, à saúde, a direitos sociais, ao mercado de trabalho, pobreza, negligência do Estado, racismo institucionalizado, sexismo, classismo, violência de Estado	Participar de espaços coletivos, fazer cursos e treinamentos, obter profissionalização, retornar aos estudos ou trabalho, empreendedorismo, usar o recurso de espaços religiosos
Infraestrutura	Falta de acesso a serviços públicos, revitimização em serviços de proteção, infraestruturas urbanas inseguras (iluminação, policiamento, pontos de ônibus distantes), violência de Estado	Usar redes informais e afetivas, ter relações mútuas de mulheres em redes de apoio, buscar mecanismos alternativos de resolução de conflitos, acionar conhecimento transgeracional, participar em espaços coletivos
Violência simbólica	Homofobia, transfobia, misoginia, sexismo, racismo, violência de Estado	Ativismo <i>on-line</i> , desenvolver práticas de autocuidado, autoafirmação, conhecimento transgeracional, compartilhar e ressignificar memórias traumáticas, recorrer a espaços religiosos, usar criativamente o corpo como meio de resistir, empreendedorismo

The background features abstract, hand-drawn style lines in shades of blue and red. There are several thick, irregular blue lines forming shapes that resemble a map or architectural plan. A prominent red line curves across the middle of the image, with several small red vertical strokes extending downwards from it, resembling a stylized sun or a decorative element. The overall aesthetic is graphic and modern.

**PRÁTICAS DE
RESISTÊNCIA PARA
LIDAR COM A
VIOLÊNCIA URBANA DE
GÊNERO: CURTO, MÉDIO
E LONGO PRAZOS**

Considerando as principais formas de violência urbana e práticas de resistência identificadas na pesquisa, este item analisa a multidimensionalidade das experiências de gênero e as variadas respostas de mulheres à violência, interconectando dimensões privadas, individuais, coletivas, interpessoais, urbanas, institucionais e estruturais. As experiências e resistências a diferentes formas da violência se revelam como moduladas por gerações de mulheres na Maré, por meio de práticas de enfrentamento que são sempre – mesmo quando pareçam individuais – essencialmente coletivas. As intervenções das participantes da pesquisa revelam uma importante tradição oral, de partilha de saberes (ainda que silenciosa) e de transmissão de experiências e de conhecimentos de mulher para mulher: de avó para mãe, de mãe para filhas, entre irmãs, primas, amigas e vizinhas. Esta tradição oral produz um vínculo comum, uma coletividade de mulheres da Maré, por vezes desconhecidas entre si.

Uma estrutura de sistematização (Figura 1) das diversas práticas de resistência desenvolvidas por mulheres para lidar com violências de gênero foi elaborada (descrita no Quadro 2). Estas

serão apresentadas, a seguir, a partir de duas importantes distinções: práticas de curto prazo e práticas de médio/longo prazos.

As primeiras se referem às práticas que produzem um efeito imediato e reativo e que visam lidar diretamente com um medo, perigo ou violência que demanda, por vezes, conhecimento de códigos locais e uma resposta rápida e precisa. O segundo grupo é composto por práticas que produzem efeitos ao longo do tempo e, por vezes, são capazes de modificar a própria experiência da violência vivida. Estes dois grupos amplos são atravessados por fatores individuais ou coletivos, bem como como reativos e/ou transformadores.

Algumas práticas são informais; outras são formais. Todas as práticas estão interrelacionadas e produzem zonas de liminaridade, ou zonas liminais, de indeterminação, que refletem a indefinição entre as categorias aqui formuladas. Algumas práticas identificadas no primeiro grupo, por exemplo, podem produzir efeitos duradouros e vice-versa.

PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO A CURTO PRAZO

Práticas de curto prazo dentro da Maré foram identificadas principalmente como reações diante de Operações policiais e confrontos entre grupos armados, e/ou como desafios relacionados com a circulação e mobilidade urbana.⁸ As mulheres identificaram as seguintes práticas para lidar com a violência armada: ficar em casa, buscar espaços mais protegidos em suas casas, avaliar rotas quando necessário circular, usar aplicativos *on-line* no celular para obter informações sobre situações e documentar a violência, e ficar com

outras mulheres para evitar agressões e abusos durante invasões domiciliares pela polícia.

Fora da Maré, práticas de curta duração também incluem procurar ficar perto umas das outras, especialmente em transportes públicos e espaços urbanos desertos, não circular à noite, portar instrumentos cortantes, compartilhar sua localização com pessoas conhecidas, falar alto e reagir quando vivenciam ou testemunham situações de assédio, ficar em silêncio para evitar

⁸ Práticas de curto prazo para enfrentar a violência doméstica são abordadas a seguir, articuladas com outras redes acessadas pelas mulheres.

conflitos e mesmo falar sobre as potências da Maré para produzir outras narrativas sobre a favela. Enquanto muitas sejam práticas reativas, informais e individuais, algumas podem ser interpretadas como coletivas e mais estratégicas.

Por exemplo, quando as mulheres se aproximam de outras mulheres para garantir apoio e proteção mútua, isso revela uma rede silenciosa e momentânea de solidariedade, copresença e cuidado.

DENTRO DA MARÉ

A maioria das mulheres destacou a violência armada como principal fonte de medo, ameaça e violência na Maré. Foram enfatizadas: Operações policiais constantes, altos níveis de exposição à violência armada, ameaças à integridade física, prisões arbitrárias e execuções sumárias, invasões domiciliares com destruição de bens, abusos verbais e físicos.⁹ Diferentes efeitos da violência policial entre homens e mulheres foram apontados: enquanto mulheres são mais propensas a sofrer agressões, assédio e abuso durante Operações e invasões domiciliares, homens, e especialmente jovens negros, são mais expostos a prisões arbitrárias e ações policiais letais. Muitas mulheres expressaram preocupação quando deixam namorados, parceiros e maridos sozinhos em casa durante uma Operação e quanto a suas crianças circulando pelo território durante confrontos. Especificamente em relação às filhas, relataram preocupações de que meninas sofreriam agressão sexual e assédio nesses momentos.

Diante de formas extremas de violência armada associadas ao conflito urbano, muitas mulheres relataram já terem tido ataques de ansiedade, ataques de pânico, depressão, medo e sentimentos de ameaça permanente, paralisia em momentos de perigo imediato, tensão constante, impossibilidade

de relaxar e traumas diversos, todos relacionados com os efeitos da violência armada na Maré.

Mulheres mais velhas relataram terem vivido uma Maré diferente anos atrás, onde a tranquilidade e as brincadeiras nas ruas marcaram suas infâncias, sem o domínio opressor das forças de Segurança e grupos armados. Para as mulheres mais jovens, experiências de Operações e tiroteios na primeira infância surgiram em suas lembranças, incluindo episódios de se depararem com veículos e helicópteros blindados numa atmosfera de guerra. Experiências prematuras com o perigo e com a morte intensificam medos, preocupações, responsabilidades e silêncios que afetam o bem-estar e a identidade das mulheres. Testemunhar prisões e violações desde a infância, se proteger das Operações policiais e confrontos, ficar presa fora de casa em meio a conflitos armados, ver corpos e sangue nas ruas, se ver paralisada em situações perigosas, e experienciar desde uma pequena idade o medo da morte são todos traumas que aparecem nas informações dadas pelas mulheres da Maré. Diante destas experiências, foram delineadas as práticas predominantes que as mulheres elaboram para lidar e enfrentar a violência dentro da Maré.

⁹ Quanto a Operações policiais, a voz de uma mulher trans entrevistada na pesquisa contrasta com as percepções mais típicas sobre a violência. Embora veja as Operações policiais como injustas por vitimizar moradores inocentes, ela afirma não ter medo nesses momentos. Ao contrário, ela sente uma tranquilidade que, segundo ela, decorre da percepção de que uma significativa fonte de perigo à sua integridade (os grupos armados que a hostilizam) está sendo combatida. Sua condição de mulher trans a protegeria de invasões domiciliares pela polícia, segundo reporta: “Nesse dia eu me sinto (...) em paz. Porque eu sei que ali está tendo uma procura desses criminosos que me odeiam. (...) Mas nesse dia eu ficava sossegada. Eu fico muito triste por ter inocentes vitimados e que não eles, mas alguma coisa pelo menos acontece.” (CELINE, 35 anos, negra)

FICAR EM CASA E TRAÇAR ROTAS ESTRATÉGICAS DURANTE CONFLITOS ARMADOS

A Maré é – paradoxalmente – percebida como segura, mas também como violenta. Conhecimento dos códigos locais e regras ofereceram segurança às participantes da pesquisa, que geralmente relataram não temer assalto, assédio, estupro e restrições ao movimento à noite, dentro dos limites territoriais da Maré. No entanto, o risco de Operações armadas e confrontos foi repetidamente identificado como um fator que faz da Maré um território violento. Como forma de se proteger em momento de Operação na Maré, a maioria das mulheres afirmou que procura ficar em casa, saindo apenas quando necessário. Contudo, mesmo dentro de casa, mostram que é necessário desenvolver práticas de resistência durante Operações, como ficar em cantos mais protegidos, nos fundos, chão ou embaixo de móveis, para evitar balas perdidas.

Quando necessário sair de casa, a maioria busca rotas estratégicas que avaliam como menos arriscadas – aqui uma verdadeira cartografia do território emerge, com o mapeamento mental e coletivamente compartilhado de locais mais seguros para a circulação, formas de ocupar ruas, estratégias para entrar e sair Maré, além de garantir a segurança de pessoas próximas. Tais práticas são transmitidas por familiares e redes comunitárias desde a infância. Mulheres mobilizam conhecimentos transgeracionais, baseados na experiência territorial, relacionamentos e cultura local e códigos aprendidos ao longo de suas vidas. É de se notar que a criação de formas de enfrentar a violência armada cotidiana muitas vezes restringe liberdades. Mulheres não escolhem livremente desenvolver essas práticas, como avalia Maria (46 anos, parda): “A gente não está resistindo porque a gente quer, a gente resiste porque a gente precisa. (...) Ninguém escolhe viver essa violência.”

As práticas são aprendidas ao longo do tempo. Muitas mulheres relataram experiências de medo

de incursões da polícia durante a infância, muitas vezes relacionadas com memórias dos perigos de brincar em espaços públicos fora de suas casas. Embora na infância, as experiências não sejam distintamente de gênero, em certo ponto da juventude meninas se tornam conscientes de distinções e papéis das mulheres, como protetoras, em tais situações.

Quando eu tinha sete anos de idade, eu estava brincando ali naquela praça (...) aí, deu 4 horas da tarde, começou a dar tiro muito enlouquecidamente. Eu só entrei na casa de uma moça, e o tiro não passava, e ela: “Vem para cá” (...) Eu me lembro que entrei na casa da senhora, estava claro; e quando eu saí, já estava de noite. (...) Foi uma Operação muito grande, muita troca de tiro, a gente ficou embaixo da cama muito tempo, até que começou a parar.

Lia, 35 anos, preta

É muito difícil você explicar para uma criança que aquela pessoa que está ali na rua, ela não é policial, ela é um bandido (...) como é que você vai explicar para ela a diferença de um bandido bom e um bandido ruim, porque não existe e um policial bom e um policial ruim? (...) ‘Não, tudo bem, ele é um bandido, mas ele tem sentimento, ele pode ser uma pessoa boa.’ (...) Porque elas ainda são muito pequenas para poder entender esse tipo de coisa (...) é meio complicado, mas a gente tenta.

Angela, 25 anos, parda

A gente estava na rua, brincando, e do nada começou uma guerra, a gente teve de se enfiar na casa dos vizinhos. Quando a gente abriu a janela, a rua estava toda cheia de sangue, de gente morta. Foi horrível.

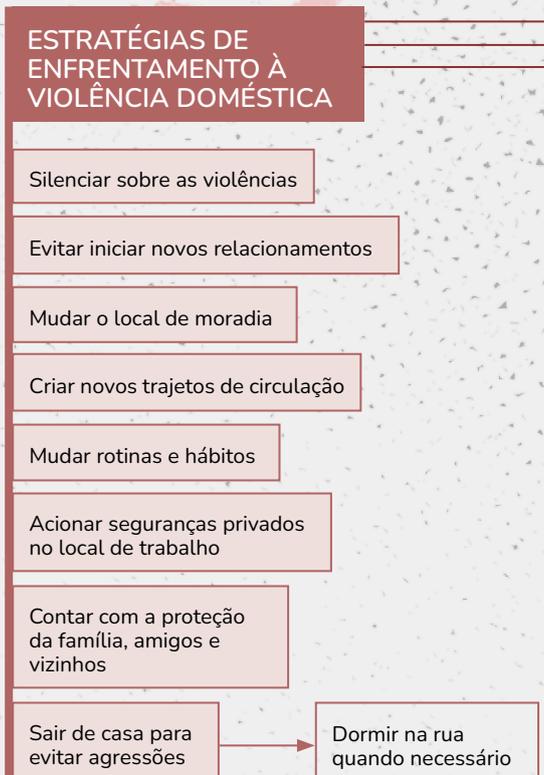
Rita, 19 anos, preta

FIGURA 2 - SÍNTESE DAS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA A CURTO E MÉDIO/LONGO PRAZOS

CURTO PRAZO (AÇÕES IMEDIATAS)



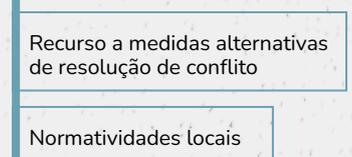
ZONA LIMIAR



Afirmar a própria origem e o valor do território

Estratégias de autocuidado

GRUPOS ARMADOS



Recurso em situação de vulnerabilidade econômica

MÉDIO E LONGO PRAZO (TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURANTES)

MULHERES COMO REDE DE APOIO

Mães, avós, primas, vizinhas, amigas como pilar de apoio

Saberes transgeracionais

Centralidade na luta por direitos

Centralidade nas famílias

ESTUDO, TRABALHO E AUTONOMIA FINANCEIRA

Reinvenção do trabalho na pandemia - empreendedorismo

Mulheres como rede de apoio para o cuidado dos filhos

Retomar os estudos e trabalhos

Cursos profissionalizantes

REDES FORMAIS

Dispositivos da saúde

Forças de segurança pública

Sistema de Justiça: Delegacias, IML

Organizações da sociedade civil

PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS COLETIVOS

Acesso a cursos e treinamentos

Falar sobre a violência vivida e ressignificar memórias

Pertencimento ao território

Ancestralidade e pertencimento ao território

Ativismo online

Corpo como dispositivo de resistência

Dimensões coletivas do corpo

Repensar os papéis esperados das mulheres

Reconhecer a violência a partir da partilha

Efeito multiplicador da engajamento coletivo

Criação de novas iniciativas

ESPAÇOS RELIGIOSOS

Fé como proteção

Grupos de apoio

Tipo: o caveirão está ali, está passando, eu quero correr, eu preciso me esconder, porque desde pequena a gente sabe que aquilo ali é sinal de perigo, e eu fico parada. O meu pai me sacudiu, me pegou no colo para poder continuar andando, sair dali, mas o meu cérebro ficou tipo assim: Não consigo mexer, estou paralisada. Eu sempre tive medo da polícia. Quando teve Ocupação da Militar aqui, eu fiquei uns bons meses sem conseguir sair de casa em paz, para poder ir para a escola.

Amanda, 21 anos, preta

As participantes relataram práticas que desenvolveram quanto a ficar em casa e se esconder dentro de suas casas, bem como garantir que familiares estejam seguros. Elas demonstram o importante papel desempenhado pelos pais no desenvolvimento de consciência do perigo a seus filhos.

Eu fico em casa, se eu puder. Se eu, tipo, precisar ir para escola, se não tiver nenhuma prova nem nada, eu falto. Eu fico preocupada com a minha mãe que está na casa da minha bisá, eu fico preocupada com a minha tia, com as minhas primas, com as minhas irmãs (...) então eu prefiro ficar em casa, esperando todo mundo chegar, do que ir para escola e não saber o que está acontecendo.

Rita, 19 years old, black or preta

Começou a dar muito tiro, e eu fiquei muito feliz porque eu achava que eram fogos, e eu gostava do barulho de fogos, e meu pai me pegou e a gente foi correndo para casa, isso estava de noite, e quando chegou em casa eu não entendi e meu pai explicou a diferença de tiros para fogos (...) Foi a primeira vez que eu tive que passar por uma guerra (...) eu lembro de que foi desesperador (...) o quarto dos meus pais tem janela e a gente teve que deitar no chão, sem luz, só que estava muito quente, e meu pai teve que abrir a janela e botar o colchão na janela, para a janela ficar aberta, mas para não entrar nenhuma bala (...) E eu lembro que quando terminou (...) os tiros cessaram, eu só ouvia as pessoas chorando ao redor, nas outras casas.

Joseane, 19 anos, indígena

Eu não saio de casa. (...) Quando tem Operação, eu nem saio de casa. Eu fico dentro de casa. Tranco o portão. De preferência, eu não chego nem janela, porque uma vez eu fui na janela, veio um tiro e quase pegou em mim.

Silvia, 56 anos, branca

Eu passei por uma experiência ruim com meu namorado, (...) a diferença foi porque o Luan é um homem negro. Ponto, foi por causa disso. Mas em alguma medida, eu sinto que eu me colocando em risco também é uma forma de colocar ele em risco, sabe?

Lais, 19 anos, branca

Aí fico preocupada com o meu filho que está em casa: “Carlos, não sai, se você for na rua bota a sua identidade no bolso”. Porque até os policiais, quando [você] vê já está batendo, nem polícia respeita às vezes o morador da favela. Eu fico muito tensa o tempo todo até chegar em casa.

Paloma, 47 anos, preta

E na minha cabeça, eu tenho uma capa de proteção, que eu chamo, que é a minha kinesfera - esse é o nome de dança. Até onde minha mão toca, existe um campo energético, e o meu campo energético é muito forte, não acontecem essas coisas, isso é uma coisa da minha cabeça apenas.

Lia, 35 anos, preta

Algumas mulheres disseram que os homens (maridos, namorados e filhos) são especialmente vulneráveis durante as Operações policiais, pois são alvo mais direto de certos tipos de violência, como prisão arbitrária, agressão física e tortura, e execução sumária. Devido a isso, as mulheres muitas vezes ficam na linha de frente para cuidar e proteger parentes e amigos do sexo masculino. Os comentários a seguir demonstram isso:

Eu sempre pressinto, quando vai ter. Eu oro a Deus e pronto. Os policiais vão lá, eu abro a casa, ajo naturalmente. Eu penso assim, quem não deve não teme. (...) Escutando música eu não presto tanta atenção no que está acontecendo (...) então tem que ficar calma.

Vivian, 20 anos, parda

Eu não vou sair para não deixar a casa vazia. Se meu esposo (...) por conta de ele ser homem (...) às vezes eu saio junto com ele, ou não saio, ou saio depois dele, depende de como está sendo no momento (...) é sempre essa mesma abordagem [da polícia]: eu informo que ele trabalha até tal horário, ele fica 12 horas em pé, então acho que nada mais justo do que ele neste momento estar descansando, porque daqui a pouco ele vai trabalhar (...) ele chega em casa tarde, então ele só está descansando. Se precisar ver carteira de trabalho, a gente já deixa bem em cima para não precisar procurar (...)

Alessandra, 29 anos, preta

Até mesmo durante um grupo focal, a discussão foi momentaneamente interrompida por sons de tiros, o que suscitou uma reflexão entre as participantes sobre práticas para resistir. Em outras palavras, o evento não foi tratado como normal, e foi incorporado ao processo reflexivo do grupo, como descrito por uma das pesquisadoras de campo que facilitava a discussão:

Inicialmente, pensei na dignidade que nos é tirada no dia a dia, mas as mulheres não pararam de falar e continuaram o grupo. A partir disso, percebi a experiência que elas adquiriram ao longo dos anos, de saberem quando é para se preocupar ou não, quando escutam tiros, e isso demonstrou a resistência e a resiliência que construíram para viver em um ambiente assim. E por fim, a ressignificação, pois não se abalar com algo que é assustador como tiros, fala de como suportar e ressignificar a violência que perpassa o cotidiano da favela de diversas maneiras.

Trecho de Diário de Pesquisadora de Campo

Outras mulheres ainda criam práticas mais “subjetivas”, ou seja, práticas destinadas a voltar-se para dentro e proteger suas emoções e saúde mental, como evitar intencionalmente pensamentos sobre o conflito ocorrendo do lado de fora, ouvindo música e fingindo que nada está acontecendo – para enfrentar os impactos violência policial e não se paralisarem.

REDES DE APOIO DE OUTRAS MULHERES

Para se proteger de invasões domiciliares, ameaças, agressões e assédios perpetrados pela polícia durante as Operações, diversas mulheres afirmaram que vão para a casa de amigos e parentes (amigas, irmãs, primas, mães...) para evitar de ficarem sozinhas em casa, situação que as torna mais vulneráveis à violência policial. O papel central de outras mulheres como rede de apoio surgiu como extremamente importante:

Bateram de manhã cedo. Eu ainda assustada. Entraram na minha casa, parecendo que estavam drogados, falando alto. [O policial disse] “Posso entrar?”. Eu respondi: “O senhor já está dentro”. (...) [Ele respondeu] “Você é muito abusada. Senão vou dar um soco na sua cara”. (...) Aí foram no meu quarto, olharam [e perguntaram]: “Você mora sozinha?”. “Você trabalha?”. Eu falei: “Sim, senhor, estava justamente levantando para abrir minha loja, que eu tenho um salão aqui embaixo”. [Ele disse:] “Vocês nunca falam nada. Sempre moram sozinhas, sempre são solteiras”.

Priscila, 50 anos, preta

Você não pode trabalhar, você não pode construir sua casa, ter uma casa, um aconchego melhor para os seus filhos, porque se você botar uma televisão imensa (...) [a polícia vai dizer que] você roubou ou é parente de alguma pessoa envolvida. Então eles vêm, quebram sua casa, batem em você, entendeu? (...) Então não dá para eu ficar em casa sozinha com elas [as filhas]. Então eu fico na minha mãe, que tem bastante gente (...) minha irmã que mora lá em cima, atrás da minha casa, nós vamos todos para a minha mãe. Deu Operação, nós escutamos fogos, nós já descemos e vamos para a casa da minha mãe.

Patricia, 31 anos, parda

COMUNICAÇÃO POR APLICATIVOS DE CELULAR E REDES SOCIAIS

Muitas mulheres usam a internet de maneiras variadas como recurso para combater a violência armada. Os principais usos identificados foram a comunicação pelos aplicativos de conversa que servem para obter informações sobre a situação em diferentes áreas da Maré, e avaliar formas alternativas de circulação interna e de entrada e saída da região; para acessar notícias sobre familiares e amigos; e para difundir informações a outras pessoas que precisavam sair ou entrar na Maré; para registrar e disseminar informações em veículos de mídia *on-line* e redes sociais; para comprovar a ocorrência de Operações policiais e justificar seu eventual não comparecimento

ou atrasos no trabalho, escola ou universidade; e para documentar em aparelhos de celular e denunciar nas redes sociais imagens, vídeos e áudios de violações e abusos policiais.

Os aplicativos móveis aparecem nas avaliações das participantes como ferramentas muito significativas. Postagens no Facebook, em veículos de mídia comunitária e reportagens de jornais disponíveis na internet, e ainda registros disponibilizados em grupos do WhatsApp são seus principais meios de acesso à informação. Várias mulheres discutiram este ponto

Já teve vez que eu perdi prova, porque eu tive que chegar atrasada porque estava tendo Operação (...) Já passei por situações constrangedoras de eu falar: “Professor, não consegui chegar porque estava dando tiro, estava tendo Operação” (...) Eu já tive que comprovar que eu morava em um local violento, eu tive que levar reportagem impressa (...) Eu vi uma pessoa morta no meio do caminho para eu ir para a escola (...) quando eu estava andando tinha um corpo morto, e eu tive que provar que existia, provar essa violência que eu passei com reportagens (...) então foram situações constrangedoras e ruins (...)

Lais, 19 anos, branca

Por eu prestar serviço, eu não ter carteira assinada, eu posso mandar [para o trabalho] uma mensagem e mostrar [a Operação]. Geralmente tiro prints de alguma informação em Facebook, alguma informação que o pessoal manda, até mesmo quando passa na televisão, e informo [no trabalho] que eu não vou sair.

Alessandra, 29 anos, preta

FORA DA MARÉ NA CIDADE

As mulheres entrevistadas tendem a falar sobre a Maré - e os territórios de favela em geral - como espaços destacados da cidade do Rio de Janeiro. Elas diferenciam o “fora”, como espaço de maiores perigos, desrespeitos ou exclusões. “Fora”, elas correm o risco de serem agredidas, assediadas ou estupradas. Até mulheres que saem regularmente da Maré a trabalho ou lazer narram este tipo de preocupação. O preconceito e exposição à violência urbana vivenciada nos espaços fora da Maré apareceram como causas diretas da não circulação de algumas mulheres na cidade mais amplamente, sobretudo entre as mulheres mais velhas. O temor da violência e o custo financeiro de deslocamentos foram considerações importantes nesse sentido.

Interseções relacionadas à raça, classe, orientação sexual, padrões corporais e práticas religiosas também estariam ligadas a restrições de suas experiências urbanas. Muitas mulheres notaram como se sentiam muito mais seguras dentro da Maré, como Joseane, afirmando que via a favela como um quilombo (Nascimento, 2021):

Porque eu sei que aqui dentro [da Maré] tem minha família, aqui dentro tem amigos, aqui dentro tem espaços que podem me acolher, e lá fora... é como se aqui fosse um quilombo. Se acontecer alguma coisa comigo aqui, eu tenho uma rede para me proteger. Agora se acontecer algo comigo lá fora... (...)

Joseane, 19 anos, indígena

Aqui ninguém te rouba. Você não vê ninguém falando assim: “Fui roubado lá dentro do Parque União.” Eles [assaltantes] não são doidos.

Ilza, 48 anos, preta

Eu sempre me sinto tão segura aqui dentro, mais segura do que lá fora. Eu me sinto à vontade para tirar o meu celular do bolso, mexer, sentar na porta, beber um café na porta, de ficar brincando na porta. (...) Quando eu vou para fora, eu já não sinto. Acho que virou muito uma questão de afeto, eu sempre recebi muito amor territorial.

Amanda, 21 anos, preta

Já fora da Maré, as mulheres relataram que se sentiam inseguras, dependendo da localização, como no transporte público e idas a shoppings, onde enfrentam assédio, discriminação e roubos. O risco de estupro ou assédio quando circulando pela cidade, principalmente à noite, além do medo de sofrerem abordagens policiais abusivas fora da Maré, foram algumas das dimensões abordadas:

Acho que fora daqui da comunidade me sinto mais insegura. Não sei, talvez a gente esteja no ônibus com uma pessoa que vá te atacar, ou que vá mexer na sua bolsa - como já aconteceu de eu ir trabalhar, tinha um rapaz perto de mim no ônibus e eu mexendo no celular. [Ele desceu junto comigo e] mexeu na minha bolsa, levou minha carteira e meu celular. E pode acontecer em qualquer lugar: no ônibus, na rua. . É disso que mais tenho medo.

Rosa, 25 anos, branca

Você entra em um shopping, o segurança já te olha, você entra em uma loja, eles ficam te rondando e isso incomoda, dá vontade de chegar: “Por que você está me olhando? Quer olhar minha bolsa? Não tem nada aqui.” Eles fazem a gente se sentir muito mal (...) lá fora a gente se sente pior do que dentro da favela, porque dentro da favela a gente se sente bem, parece que está livre, porque aqui todo mundo te conhece (...)

GrupoFocal I

Diante dessas experiências, práticas de resistência predominantes foram delineadas da seguinte forma:

PEQUENOS INSTRUMENTOS AFIADOS COMO DEFESA

As mulheres participantes identificaram estratégias práticas quando circulam em espaços públicos, que vão além de sua comunidade. Para se proteger contra uma possível violência, como agressões e assédio, algumas mulheres relataram que carregam instrumentos cortantes como facas, tesouras, lixas de unha ou spray de pimenta. Mesmo se não forem usados, tais instrumentos produzem uma sensação de segurança em face da violência (veja também a Figura 3 sobre como as mulheres usam spray de pimenta e chaves como formas de proteção).

Quando estudava no Pedro II, eu andava com uma tesourinha pequenininha com uma pontinha, dentro do bolso do meu uniforme, porque eu ia para a escola de saia e parecia que isso era um convite para todas as pessoas me olharem. Então eu andava com essa tesourinha, porque caso acontecesse qualquer coisa, pelo menos eu conseguiria correr com ela. (...) Nunca precisei usar especificamente, mas só por saber que ela estava ali (...) já entrava no ônibus [e pensava que] se acontecer tal coisa, eu vou pegar isso aqui e fazer isso aqui, eu corro para lá e vou...

Lais, 19 anos, branca

Eu ando com spray de pimenta na bolsa, geralmente quando eu vou para fora e saio à noite. Eu ganhei de uma amiga um pente que é uma faca (...) E eu fiz alguns anos de Muay Thai, então eu sei alguns golpes básicos que sejam no mínimo para eu correr. E ando com a chave entre os dedos, foi uma coisa que eu aprendi e coisas que são muito úteis.

Grupo Focal III

FIGURA 3 - PIRÂMIDE DA OPRESSÃO: DESENHO OBSERVACIONAL DO GRUPO DE FOCO 4



(Ilustração: Mila de Choch)

PROXIMIDADE COM OUTRAS MULHERES EM TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO

Ao circular pela cidade, principalmente transporte público, as mulheres relataram evitar ficar sozinhas, especialmente à noite. Elas procuram manter proximidade com outras mulheres e não circular desnecessariamente. Quando saem à noite, fora da Maré, planejam dormir na casa de alguém que conheçam ou, quando precisam retornar para a Maré, procuram estar acompanhadas – por vezes preferindo a companhia de homens conhecidos para maior proteção (Figura 4).

Até o ano passado, eu voltava com um amigo meu (...) eu podia esperar ele sair da aula para a gente vir embora junto (...) Só que esse ano, eu não tinha como esperar ele (...) Então, eu preferia pegar um ônibus cheio, porque eu sempre ficava perto de alguma mulher [...] porque eu acho, na minha cabeça, que se acontecer alguma coisa, eu vou protegê-la e ela vai me proteger. E eu acho que é basicamente isso que as mulheres fazem, a gente já aprendeu a se defender, mesmo que seja, sei lá, só ficando juntas.

Tamires, 16 anos, preta

Ao se movimentar à noite, algumas mulheres preferem meios de transporte privados, como táxis e Uber, para reduzir as chances de experimentar situações violentas em ônibus ou metrô. Como explica Laís, trata-se de uma inovação da tecnologia utilizada pelas mulheres da Maré, mas até recentemente inacessível:

Eu sempre ando sozinha [na Maré], mas lá fora eu tenho medo. [...] De dia eu nem me importo tanto assim (...) mas de noite eu não gosto, eu me sinto mal, eu fico com medo, olho para todos os lados, ando meio paranoica e prestando atenção em tudo. (...) Antes eu não tinha um cartão de crédito para poder colocar o Uber, eu não tinha cartão, eu não tinha um celular de conta, eu não tinha nada dessas coisas. Então por eu também não ter condição para isso, era pior, porque eu ficava mais insegura, porque eu não tinha o que fazer, se acontecesse qualquer coisa, ninguém nem ia saber (...).

Lais, 19 anos, branca

Minha mãe fala: “Tem cuidado, não dá confiança”, mas não dou mesmo, tenho medo (...) E enquanto eu não chego em casa, ela está lá acordada e me liga: “Você já está vindo?”. [Eu digo:] “Já, mãe. Estou indo. Daqui a dez minutos eu chego, já peguei o Uber.”. “Não vem de ônibus, vem de Uber, vem de táxi” - ela sempre fala isso.

Ludmila, 26 anos, branca

No entanto, as mulheres também relataram sentir-se em risco de assédio dos motoristas de transporte privado. Embora os recursos tecnológicos do Uber ofereçam meios de acesso, mulheres demonstram desconfiança e não necessariamente os consideram seguros. Algumas têm por hábito compartilhar sua localização com alguém que confiam, para que a pessoa possa acompanhar seus movimentos e saber, caso algo incomum aconteça no transporte.

Eu vou [sair], depois eu vou voltar como? E para entrar no Uber, eu fico morrendo de medo de entrar no Uber sozinha (...) compartilho a viagem com todo mundo e fico olhando, porque se o carro parar, [alguém] já sabe que aconteceu alguma coisa comigo.

Grupo Focal V

Mais uma vez, para se defender contra ameaças e situações de violência, as mulheres muitas vezes precisam restringir suas liberdades, fazendo escolhas estratégicas que inevitavelmente limitam sua circulação. Como resultado de um planejamento estratégico tão detalhado sobre aonde ir ou onde evitar, qual apoio procurar, como se comportar e circular à noite, e assim por diante, as mulheres falam sobre essas práticas como outras dimensões violentas da opressão de gênero, mesmo que estas as mantenham momentaneamente seguras.

Eu consigo me sentir mais segura aqui dentro do que lá fora (...) lá fora nós podemos ser roubados. (...) Vou dar um exemplo: circular no centro da cidade à noite ou de madrugada. Eu não vou circular. Posso correr o risco de ser estuprada, de ser morta, ser assaltada. Entendeu? Nós não vamos circular.

Patricia, 31 anos, parda

Eu não sento do lado de homem, eu fico (...) e você fica ali toda oprimida, este é o sentimento que eu tenho às vezes no ônibus, de estar oprimida, é uma opressão tão grande.

Grupo Focal V

FALAR ALTO, FAZER PIADA OU SILENCIAR

Algumas mulheres relataram que, ao vivenciar situações de desrespeito, preconceito e violência optam por falar alto, responder ou mesmo fazer piadas. Outros afirmaram que fora da Maré preferem se misturar ao meio das pessoas e tornar-se invisíveis, ser menos notadas, para evitar possíveis conflitos e violências. Neste contexto, o ajuste corporal e postural que, mais uma vez, implica restrições de liberdades para as próprias mulheres, é usado como forma de proteção (Figura 4).

Eu acho que eu faço uma cara feia, mostro que (...) eu acho que isso afasta as pessoas que poderiam fazer alguma coisa. Pelo menos, na minha cabeça, afasta.

Rita, 19 anos, preta

[Eu precisei] acabar com a minha imagem por causa disso, não ter um cabelo para eu não ser escolhida por esse tipo de assédio. Eu não me visto bem para não ser escolhida por esse tipo de assédio. Eu me pioro muito por causa disso, porque eu tenho medo, eu sei que isso termina em uma péssima violência.

Celine, 35 anos, preta

Infelizmente me calar porque, por exemplo, eu estou lá fora, se eu passo por uma situação e eu tenho medo, eu simplesmente me fecho, porque eu sei que se eu falar vai dar problema. E isso eu acho que me protege, eu sei que é ruim, que a gente não pode se diminuir assim, mas é um recurso.

Grupo Focal III

FIGURA 4 - AS SUTILEZAS DA OPRESSÃO NORMALIZADA NO COTIDIANO: DESENHO OBSERVACIONAL DO GRUPO FOCAL 3



(Ilustração: Mila de Choch)

Muitas mulheres se sentem discriminadas e estigmatizadas em diferentes situações, quanto a suas origens raciais, local de residência (favelas), a maneira como se vestem, a cor de sua pele e de seus cabelos, entre outros fatores. Ser alvo de discriminação, passar por experiências racistas e ser enquadrada em um certo estereótipo de mulheres de favela foram elementos identificados como violentos, especialmente por mulheres mais jovens e negras, levando a sentimentos de inadequação e estigmatização. Segundo contam, isso ocorre mais frequentemente em seus trabalhos, em espaços coletivos como shoppings e museus, em escolas particulares fora da Maré, em universidades, para citar alguns. Elas relataram sentir a desconfiança dos outros contra elas - como se moradores da favela fossem sempre equiparados a criminosos - tendo suas habilidades questionadas, sendo estereotipadas como faveladas ou mesmo vivendo situações em que as pessoas ficavam surpresas ao descobrirem que elas residem na Maré, já que eram percebidas como inteligentes e educadas.

Tinha professores meus que perguntavam onde eu morava e eu falava: “Moro lá na Nova Holanda” (...) [Eles diziam] “Nem parece que você mora lá, pensei que você morava por aqui”. E eu não entendia porquê. E depois eu fui entendendo [que] eles me rotulavam como uma pessoa que eu não era. Porque eu sou inteligente, eu faço as coisas, então eu não posso morar na favela? Eu não sou de favela?

Sabrina, 21 anos, preta

Às vezes me vejo nesse lugar [opressor], porque às vezes eu deixo de ser eu, deixava de ser eu, para estar em alguns lugares e como isso também é violento. Eu tenho que estar em um espaço, eu querer estar em um espaço, mas as pessoas não me aguentam ali, elas não me olham, elas não me escutam, elas só escutam outras pessoas (...) eu fiquei desde o colégio com essa violência de gênero passando pela minha vida, pela vida da minha mãe, pela vida da minha tia e que passa por essas questões de gênero, de classe, de raça e está tudo junto e que machuca muito.

Grupo Focal IV

Identidades interseccionais relacionadas à raça, classe, orientação sexual e padrões corporais apareceram nas entrevistas como dimensões de estigma que fazem das experiências de violência específicas e situadas.

Eu sou negra de pele clara, eu sempre fui ensinada a ser parda ou quase branca, porque ser negro não é bonito. Quando eu fui passar pelo processo de [racialização] (...) eu comecei a ter noção de certas coisas, porque, antigamente, eu entrava em qualquer lugar e me sentia bem ou não ligava. Eu comecei a perceber, depois disso, que, cara, aquele lugar não é tão legal assim. Eu não gosto de andar em shopping ou em mercado de mochila hoje em dia (...) se tiver aquela sacola onde eles colocam, fechada, lacrada, eu prefiro, do que andar com a mochila nas costas.

Amanda, 21 anos, preta

Eu sei que as minhas vizinhas que têm as áreas de trabalho... elas passam por essa situação. Eu não passo por essa situação porque eu moro na Maré, [mas sim] porque eu sou uma mulher gorda, porque eu sou uma mulher negra, o meu cabelo é imenso. (...) É horrível. Eu sinto uma diferença muito grande, uma diferença cultural, uma diferença de como se portar, de como falar. O olhar das pessoas é diferente. Então você tem que estar lutando muito para tentar estar um pouco próxima daquela realidade que não é a sua. Para ter um pouco de respeito, um outro olhar sobre você.

Laura, 28 anos, preta

Poucos, poucos negros lá [na universidade]. Em relação ao lugar de onde eu vim, a gente não vê muita gente de favela lá - não na [Faculdade de Odontologia] (...) Olhares que a gente vê, os professores olham a gente de forma diferente. Dá para ver. Eles não falam diretamente, mas [fazem] tipo piada assim: "Nossa, estuda, senão você vai vender churrasquinho na 28 de Setembro [rua na Tijuca]. (...) Um outro professor chega e fala para uma menina negra que tem na minha sala: "Você é livre para fazer o que você quiser desde que a Lei Áurea foi assinada." Então, a gente vai sofrendo essas coisas e tentando engolir. .

Teresa, 20 anos, preta

Eu acho que já entra a questão de raça, só por sua cor eu acho que isso é uma determinante, eu acho que é bem claro que as mulheres trans são muito mais violentadas do que as mulheres cis, ou as mulheres dissidentes também, as lésbicas mais masculinas, as mulheres que estão na dissidência, que fogem do padrão, isso que quero dizer (...) Quanto mais pobre você é, eu tenho a impressão, posso estar errada, mas eu acho que mulheres mais pobres têm muito mais propensão a sofrer violência.

Grupo Focal IV

Outras formas de estigma identificadas incluem religião e etnia:

Começou com discriminação religiosa (...) A gente sempre tem que usar um fiozinho, (...) mas a minha roupa cobria. Aí uma cliente de salão (...) viu aquele fiozinho no meu pescoço e falou que não ia fazer unha comigo, porque eu era macumbeira.

Priscila, 50 anos, preta

Eu já fui oprimida ou diminuída, o meu trabalho foi... como eu posso dizer? Eu tive que provar que eu sabia o que eu estava falando, mesmo tendo estudado, mesmo estando ali no espaço onde eu deveria compartilhar a minha vivência, ainda fui contestada, então tudo isso são formas de me matar aos poucos, sabe?

Joseane, 19 anos, indígena

Ao enfrentar o racismo, diferentes mulheres assumem uma atitude assertiva e franca sobre seu lugar de origem e sobre as potências da favela, buscando construir outras narrativas sobre a Maré. Embora isso seja aqui interpretado como uma prática de curto prazo, pois visa dar uma resposta imediata a um nível micro ou individual de violência, a uma violação específica, é de se reconhecer que esta atitude tem o poder de produzir efeitos em longo prazo.

(...) No ponto de ônibus estavam umas crianças, pivetes, na rua, tentando entrar no ônibus. Aí um senhor [falou]: “Por isso que esse povo tem que morrer, esse povo que mora na favela, porque não pagam luz, não pagam água, não pagam isso.” Aquilo me subiu. Eu falei: “Olha só, é o seu filho, o seu neto que sustenta o tráfico na favela, você sabe por quê? Porque quem mora na favela não sustenta o tráfico lá de dentro, quem sustenta é quem está aqui fora.” Ele me olhou assim. Eu falei: “Seu burguês safado.” Aí ele virou e falou assim: “Agora vê uma negrinha dessa.” Eu falei: “Sou negra, sou espírita com muito orgulho, moro na favela, trabalho, tenho minha carteira assinada, pago os meus impostos e ando com a minha cabeça erguida. E você, seu safado? Provavelmente deve ser você um desses que sustentam o tráfico lá de dentro, porque se o tráfico lá funciona é porque vocês aqui fora compram de lá para poder entregar e ainda pedem um delivery”. Nossa, o homem correu de mim no ônibus.

Priscila, preta, 50 anos

Então uma coisa que eu faço é, sempre quando eu chego em um outro território, qualquer coisa, sempre me apresento, falo meu nome, que eu sou Manuara e que eu moro no complexo da Maré, que eu sou favelada da Maré. Sempre me colocar já é uma forma de: “Ó, eu sei quem eu sou, então não mexe muito comigo, porque eu estou segura de onde eu vim.”

Joseane, 19 anos, indígena

Uma transformação que emerge destas atitudes individuais é a ressignificação da própria Maré, e sobre como as mulheres a veem, gerando significados de força, respeito e luta para a sua comunidade.

Eu sinto que este é o meu espaço, é a minha casa, é o lugar que eu falo: “De onde você é? Eu sou da Maré” – [Falo isso] em todos os lugares, para sempre.

Lia, 35 anos, preta

Nunca escondi minha origem de ser preta, pobre, favelada. Onde eu chego, falo que moro na Maré. E é isso, a gente tem que agarrar porque, senão, já viu. A gente é muito discriminada em qualquer lugar.

Iolanda, 27 anos, preta

PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO A MÉDIO E LONGO PRAZOS

As mulheres da Maré que participaram da pesquisa identificaram uma ampla gama de formas de lidar com a violência urbana a médio e longo prazos, incluindo: voltar aos estudos e ao mercado de trabalho como meio de construir autonomia financeira e quebrar ciclos de violência; participar em espaços coletivos;¹⁰ compartilhar experiências coletivamente; reconhecer situações de violência e reconciliação com memórias e territórios; encontrar refúgio

em espaços religiosos, onde as mulheres relatam ser acolhidas e vivenciam processos transformadores; ativar a agência do corpo na resistência; e criar práticas diante do acesso limitado à proteção e cuidado em termos de políticas e serviços públicos, incluindo o recurso a grupos armados para proteção. Redes de apoio compostas por família, amigos e vizinhos, e acima de tudo outras mulheres, emergem como fundamentais, como verificado a seguir:

REDES DE APOIO COM OUTRAS MULHERES E COPRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

As mulheres são pilares das redes de apoio, que incluem avós, mães, irmãs, tias, primas, amigas e vizinhas. E a família estendida é particularmente importante, como Ângela e Lia explicaram:

São basicamente mulheres: minha tia, minha outra tia, minha avó, aí minha prima aqui, minha prima em cima, que é mãe solo com quatro filhos. A minha tia Denise também, que é mãe solo. (...) Tem esse lugar um pouco de uma proteção forjada ou tentativa de, na verdade, nos proteger. (...) Um dos meus desejos - que acho que vou cumprir e conseguir - é fazer uma roda de mulheres entre nós. (...) Trocar uma ideia de coisas que você ficava silenciada e de coisas que você achava que só acontecia com você.

Lia, 35 anos, preta

Eu fui criada... eu falo que eu tenho cinco mães, a minha avó, a minha madrinha, a minha mãe, a minha madrastra, porque ela faz de tudo por mim, e a bisavó do pai das minhas filhas, que me ajuda em tudo.

Angela, 25 anos, parda

Essas redes apareceram como um importante recurso para proteger mulheres que sofrem abusos, com umas ajudando as outras em situações de violência doméstica. Tais redes propiciam papéis importantes a mulheres como cuidadoras das crianças de outras mulheres, formando uma rede de segurança durante Operações policiais. Também engendram uma coletividade capaz de reparar experiências de violência individuais passadas, ressignificando relações de gênero, e uma fonte de conhecimento na criação de histórias familiares.¹¹

¹⁰ Designamos como “espaços coletivos” instâncias que produzem encontros entre mulheres, em diferentes formatos, podendo ser mais ou menos formais. Alguns exemplos são: iniciativas individuais que mobilizam coletivamente as mulheres, cursos para mulheres, espaços de discussão política, coletivos de mulheres, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e dispositivos de políticas públicas que organizam espaços específicos para mulheres.

¹¹ Embora as mulheres se refiram aos homens (pais, parentes, irmãos e companheiros) como fonte de proteção e apoio, “outras mulheres” formam a rede de apoio mais comumente identificada e eficaz.

As práticas de resistência desenvolvidas pelas mulheres têm uma importante dimensão transgeracional. Algumas são aprendidas pela transmissão entre membros da família e pessoas próximas às mulheres ao longo de suas vidas e adaptadas de acordo com as situações que vivenciam. Outro aspecto relacionado a este é o seu caráter relacional das práticas de resistência: nas relações com suas redes locais, com outras mulheres que compõem o territórios de suas vidas, é que as mulheres aprendem, constroem e inventam diferentes formas de enfrentar a violência. O conhecimento coletivo compartilhado é coproduzido.

As mulheres são importantes em qualquer dinâmica. São as mulheres que mantêm o elo de tudo, eu acho. É incrível. Quando a gente perde uma mulher na família, como é que o elo se rompe? É muito estranho. Eu perdi minha mãe tem seis anos e por mais que toda a família continue lá, meu pai continuava lá, minha cunhada, era como se a família não existisse.

Maria, 46 anos, parda

Eu tive uma rede de apoio muito grande de mulheres, tanto da Casa das Mulheres, tanto amigas minhas, quanto na minha família, a minha mãe principalmente (...) foi o que me deu forças para falar: (...) eu vou tentar outro caminho para que as coisas deem certo.

Sabrina, 21 anos, preta



O CORPO COMO RESISTÊNCIA

Significativamente, essa pesquisa identificou que as formas como as mulheres se relacionam com seus corpos produzem práticas para lidar com violências. Algumas delas envolvem cuidados com o corpo, a partir de uma dimensão mais individual (geralmente denominados como formas de autocuidado), tais como: praticar

esportes e manter-se ativas e saudáveis (caminhar, andar de bicicleta ou fazer dança e aulas de ioga); cuidados com a pele, unhas e cabelos. Outras são marcadas por dimensões mais coletivas e políticas, radicalizando seu corpo como ferramenta de engajamentos coletivos, processos de transformação e lutas (Figura 5).

FIGURA 5 - TEMOS O DIREITO DE NOS CUIDAR, CUIDAMOS DE TODOS: DESENHO OBSERVACIONAL DO GRUPO DE FOCO 1



(Ilustração: Mila de Choch)

O corpo é um repositório direto dos efeitos ou mesmo um alvo específico de situações violentas - na forma de agressão física, assédio ou violência sexual. No entanto, o corpo também é mobilizado como forma de resistência:

Em relação à questão da violência, no início demorou muito para aparecer [no grupo de mulheres]. Porque moram perto, algumas se conhecem desde que nasceram, mas não eram amigas (...) como o meu trabalho é muito corporal, esse despertar do corpo que vai ganhando outras possibilidades de se colocar ali, na vida, no mundo, ele vai possibilitando, trazendo essa intimidade maior. (...) Especificamente esse trabalho, ele pode trazer essa possibilidade de falar sobre [violência] e de uma dizer pra outra: “Não, você não tem que deixar ele fazer isso contigo não” (...) Tem um momento do trabalho que isso começa a aparecer e a abrir espaço para a outra poder se colocar.

Integrante da RAMM

Eram Operações que duravam muito tempo, 10 horas, mais de 10 horas. (...) É uma situação que deixa o nosso corpo em estado de alerta, o tempo todo com medo, tensionado (...) nisso, em 2019, tinha dias de Operações que a gente tinha que suspender a aula [de loga]. E o nosso corpo ficava muito contraído. E aí eu pensei assim: “A gente não pode parar, a gente tem que resistir, vamos continuar fazendo, mesmo que o nosso corpo esteja tensionado e sendo atravessado por conta da violência.”

Laura, 28 anos, preta

Mas eu falei com a minha mãe agora, que a gente ainda tem esse direito, de se cuidar. Porque a gente cuida muito das pessoas, e elas acabam esquecendo. (...) Acaba não sobrando tempo para mim, nem dinheiro para me cuidar, porque eu cuido de todo mundo (...) aí eu encontrei gente que fala assim: “A mulher, quando se separa, fica outra coisa, começa a se arrumar...” Mas não é, é porque você fica tanto tempo cuidando de todo mundo e não lembra de você.

Grupo Focal II

Eu estou num grupo de gordinhas (...) Lá passa experiência. Teve uma amiga minha que agora fez um ensaio fotográfico, e ela botou assim na legenda: “É tão bom a gente sonhar e acontecer.” Porque não é só magrinha que pode ser modelo, eu e você podemos ser. Ela tirou várias fotos sexuais. É no Facebook. (...) Trocamos, falamos, sim [sobre coisas mais difíceis].

Ilza, 48 anos, preta¹²

¹² Espaços temáticos on-line para a partilha de questões comuns são dispositivos acessados pelas mulheres como forma de resistência, como visto em pontos anteriores da pesquisa.

AUTONOMIA FINANCEIRA E RETORNO AOS ESTUDOS

A maioria das mulheres destacou a dependência financeira como a principal razão pela qual permaneceram em relacionamentos abusivos. O papel socialmente esperado de mulheres, relacionado a cuidar da família e dos filhos, cria desvantagens, incluindo a necessidade de interromper estudos ou trabalho após o casamento, a quase total responsabilidade pela manutenção do lar e dos filhos, e o abandono de crianças por homens após uma separação. Todos estes fatores aumentam a vulnerabilidade econômica e aprisionam mulheres em situação de violência.

De uma perspectiva estrutural e no contexto de dificuldades de acesso à educação de qualidade, de sexismo no mercado de trabalho e da prevalência do trabalho precário, muitas mulheres reconheceram desvantagens no acesso ao trabalho em relação a homens, inclusive com mulheres habilidosas perdendo posições para homens menos qualificados. No entanto, elas relataram que isso seria ainda mais grave para as moradoras de favelas, porque os empregadores tendem a equiparar todo mundo que mora na Maré a criminosos. Por isso, a violência estrutural e simbólica foi identificada como uma razão para a maior vulnerabilidade à violência, especialmente entre as mulheres mais velhas. Ademais, isso ainda pode afetar as mulheres ao impedi-las de acessar serviços, direitos e oportunidades.

Eu já perdi emprego e ainda sou muito discriminada por morar na comunidade. Já olham para você: “Você mora na Nova Holanda?” Pronto. Aí você já sente pelo olhar que a pessoa não vai te contratar (...) porque eu acho que eles pensam que aqui tem todo mundo ruim.

Ilza, 48 anos, preta

Muitas mulheres reconheceram a importância da autonomia financeira como formas de resistência desenvolvidas pelas mulheres em médio e longo prazos.

Por isso que eu quis voltar [a trabalhar] rápido, porque eu não gosto de ficar na dependência de homem (...) eu sempre fui independente (...) eu já vi muito isso sabe de meu pai [jogando] as coisas na cara da minha mãe. Então não queria isso para a minha vida. Eu comecei trabalhar com 13 anos.

Catia, 29 anos, parda

O acesso e o retorno aos estudos são chaves para a criação de autonomia financeira. Por exemplo, Thabata (29 anos, branca, evangélica) falou sobre suas lutas como uma jovem mãe quando ela tinha 16 anos, levando-a a abandonar a escola e tendo menos oportunidades de se tornar independente. Ela vê como as mulheres jovens hoje têm outras opções, devido a melhorias na educação e a projetos sociais na Maré, levando a melhores oportunidades na vida:

Hoje, eu falo para a minha filha: “Não dá mole, porque você tem oportunidade. Eu não tive, porque eu achava que era só isso aqui que existia, e hoje você tem outras oportunidades. Então, estuda, não pule etapas, tem curso.”

A própria Thabata pôde completar seus estudos em um programa de educação de adultos (EJA), em 2017, e ingressou na universidade em 2018.

Ou seja, já com quase 30 anos, eu descobri que existia mundo fora da favela [...] é superação, sonho, olhar para a minha filha e falar: “Eu consigo, vai estudar, porque eu consegui, por que você não vai conseguir?” E de poder dar uma dignidade: “O que sua mãe é? Minha mãe faz faculdade.”

PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS COLETIVOS

A participação em espaços coletivos muitas vezes permitiu que mulheres mudassem suas trajetórias de vida. Essa mudança se expressou na possibilidade de falar sobre a violência vivida e tantas vezes silenciada e, a partir da fala, poder identificar, junto com outras pessoas, a própria experiência como violenta, dando-lhe um novo significado. A participação nesses espaços também envolveu repensar o lugar das mulheres e seus papéis esperados; a reflexão sobre suas origens e pertencimento a uma favela; o acesso a cursos e formação; e a construção de maior autonomia financeira. Construção compartilhada de memórias possibilita a revisão do presente, promovendo novas compreensões pessoais, familiares e comunitárias.

No contexto atual, as mulheres valorizaram laços estabelecidos com a Redes da Maré e a Casa das Mulheres da Maré.¹³ Muitas citaram estas e outras organizações da Maré como aliadas no enfrentamento à violência urbana de gênero e ao racismo enraizado. As mulheres também relataram diversas formas de autocuidado, por meio do engajamento em espaços coletivos (Figura 5).

Eu gostei [da experiência na Casa das Mulheres], porque me abriu os olhos para muitas coisas, coisas que eu não sabia que eram realmente um assédio. E pelo fato também até do racismo. Eu não sabia direito o que era. Eu abri muito os meus olhos, me ajudou no meu crescimento.

Ingrid, 49 anos, amarela

É este tipo, essa roda de conversa aqui, onde a gente está, relatando dores tão profundas, é aí que a gente se reconhece e fala: “Poxa, não era só eu que passava por isso.” Então, isso já fortalece para que fale, e você conhece mecanismos que pode acionar (...) porque a gente precisa de uma rede de apoio, porque a dificuldade fica maior quando você se sente sozinha.

Grupo Focal I

Essas organizações impactaram a vida das mulheres de várias maneiras, não apenas como usuárias do serviço, mas como estudantes e trabalhadores. Mulheres predominantemente lideram essas instituições, fato que propicia um ambiente acolhedor para outras mulheres residentes na Maré buscarem apoio.

A minha visão com a favela mudou totalmente depois que eu comecei a trabalhar na Redes, na Casa das Mulheres. Totalmente.

Maria, 46 anos, parda

[Meu pai] chegava em casa e batia muito na minha mãe, tanto que ela ficava toda roxa, com o olho meio vermelho, meio estourado, sabe. E eu fui crescendo vendo isso tudo dentro de casa (...) E eu comecei, eu entrei no [Luta pela Paz]. Eu tive o acompanhamento psicológico, a galera de Serviço Social (...) E foi aí que eu comecei a ter essas aulas de desenvolvimento pessoal, eu comecei a trabalhar com a minha mãe também, fazer algumas perguntas.

Renata, 24 anos, branca

¹³ A pesquisa foi desenvolvida em parceria com a Casa das Mulheres da Maré e, por isso, contou com sua capacidade de mobilização local. 17 das 32 mulheres entrevistadas tinham algum conhecimento ou vínculo anterior com o trabalho dessa organização. O protagonismo na pesquisa da Casa das Mulheres, criada pela Redes da Maré, decorre da sua presença permanente no território da Maré.

Eu comecei a me inserir mais na Redes da Maré, principalmente no projeto que tinha que era o Cria. (...) Aí eu vim para o curso (...) de Gênero e Cidadania (...) eu comecei a tentar me comunicar mais a partir dos lugares que eu estava, porque eu vi que muitas coisas que tinham acontecido na minha infância e na minha juventude, nesses trabalhos em que eu estive, eu fui muito silenciada. (...) Entender que eu posso vir para uma roda de conversa de Gênero e Cidadania e eu posso falar sem ter medo de o que a pessoa vai achar de mim ou não. E eu comecei a me entender melhor a partir disso.

Sabrina, 21 anos, preta

Eu vou te dizer que antes de eu começar a trabalhar na Redes, de eu entender o que era a Redes, de eu entender um pouco o que era a Maré, eu dizia que eu morava do outro lado da Avenida Brasil, em Bonsucesso. A gente não denominava Maré. [Seria necessário] que todas as mulheres tivessem um local de aprendizado, um local de escuta, que a gente só aprende ouvindo e a gente só combate quando a gente entende as violências, porque quando eu não sabia que era violência, eu normalizava ela.

Maria, 46 anos, parda

Instituições da sociedade civil organizada, embora não façam parte da rede estatal e formal de proteção de mulheres, muitas vezes têm um alto grau de institucionalização e formalidade e oferecem serviços especializados que, na ausência ou precariedade das políticas estatais, formam importantes redes de apoio formadas por mulheres. Dentro das organizações, coletivos mais informais das mulheres também são criados.

É importante apostar em redes informais de resistência, acho que as mulheres contam muito com isso, contam muito umas com as outras. Essa experiência coletiva talvez seja uma das principais formas de resistência que as mulheres encontram. Elas tendo ou não consciência disso. Na Casa das Mulheres, eu percebo que a dinâmica da cozinha, você tá vendo que tem uma mulher apoiando a outra e elas contam histórias de vida ali (...) é uma rede que acontece ali. Isso impacta muito a vida das mulheres, a experiência coletiva. (...) Como isso deixa elas mais fortes.

Integrante da Campanha Maré diz Não ao Coronavírus

A distinção entre redes formais e informais não é clara, o que dificulta a identificação de pontos de acesso e portas de entrada. A diferenciação entre redes privadas e públicas não permite uma categorização precisa destes mecanismos, uma vez que as organizações da sociedade civil, por exemplo, podem oferecer serviços públicos, embora não centrados no Estado (e, às vezes, até implementam políticas públicas terceirizadas pelo Estado). Inclusive, as fontes de financiamento para os serviços oferecidos podem incluir recursos públicos e privados. Uma zona de liminaridade entre formal/informal e público/privado é formada e aparece em outras práticas de enfrentamento mobilizadas pelas mulheres.

Diferentes níveis de formalidade, institucionalização e acesso a recursos financeiros produzem diferenciações entre movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil. Foi notado em algumas entrevistas que instituições com maiores níveis de organização – ou seja, com estrutura formal – podem reproduzir percepções de insegurança e experiências de dificuldade de acesso, assim como de serviços se tornando exclusivos dentro da Maré.

Eu acho que a esses espaços eu tive acesso só dentro da Redes, e eu acho isso bom e ruim, ruim porque a Redes ainda hoje dentro da favela é enxergada como um lugar elitizado, que não é para as pessoas da favela terem acesso (...) Porque eu sinto por exemplo, a Casa das Mulheres, como um lugar seguro, para eu conversar, senão não estaria conversando com você, mas eu acho que precisa de uma outra abordagem, para que as outras pessoas que não fazem parte desta nata que pertence a Redes, entenda que esse lugar também é para elas, entendeu?

Lais, 19 anos, branca

A MULHER NEGRA E A CONSTRUÇÃO COLETIVA DA ANCESTRALIDADE

Outra questão significativa que surgiu na pesquisa foi a percepção de uma opressão especificamente experimentada por mulheres negras. Mulheres mais jovens, especialmente, falaram sobre a importância de valorização da ancestralidade e seu pertencimento histórico à Maré, visando à construção de novos sentidos para a vida, histórias comunitárias e o desenvolvimento da resistência.

De um grupo de jovens pesquisadoras ligadas ao festival Mulheres do Mundo (WOW), organizado no Brasil pela Redes da Maré, algumas mulheres entrevistadas contaram que construíram um Coletivo independente, chamado *Maré de Nós*. Esse grupo aprofundou pesquisas sobre ancestralidade e cada integrante desenvolveu suas próprias iniciativas. As afirmações a seguir retratam um efeito multiplicador da participação de mulheres em espaços coletivos, principalmente para mulheres negras e de origem indígena:

Eu comecei na Redes muito pequenininha (...) E em 2018, eu fui convidada para participar do Festival WOW internacional como uma jovem pesquisadora e estou até hoje como jovem pesquisadora. A partir disso, eu comecei a me aprofundar tanto na história desse território quanto na história da minha ancestralidade (...) temos um Coletivo, Maré de Nós, que estuda isso. Então, eu faço isso com outras cinco meninas, eu sou a sexta, e isso reverberou em outros projetos. Eu tenho um projeto independente que se chama Pelos Olhos Dela, e este projeto fala sobre a trajetória de uma menina favelada, a vivência de uma menina indígena em território favelado, sobre ancestralidade, sobre raça, classe e gênero, então é compartilhando vivências mesmo.

Joseane, 19 anos, indígena

Caraca, eu tenho que continuar com o Jeans Ancestral [nome do workshop e brechó que criou] (...) Comecei a ressignificar esse espaço, de parar de comprar roupa em loja de departamento para poder investir em uma coisa que eu gosto e que eu entenda qual é a minha identidade, então isso partiu muito de pensar essa trajetória com a minha avó, com as minhas tias que foram costureiras, faziam fuxico, faziam manta de fuxico, a minha mãe que sempre estava ali ajeitando o botão de uma roupa minha, a minha tia que estava fazendo do short uma saia, então comecei a aprender. (...) Eu comecei a entender como eu tinha pessoas, principalmente mulheres da minha família, que estavam me rodeando e sendo essa minha referência de roupa, sabe?

Sabrina, 21 anos, preta

Meu Instagram é aberto e eu comecei fazendo penteados para cabelos cacheados. (...) É que alguns penteados que eu fazia eram remetidos à ancestralidade e a algo do passado, que às vezes a gente fazia e que não se dava conta de que representava tanto as pessoas negras e pessoas pretas. E aí eu decidi também mostrar isso. Tem até um penteado que eu fiz, que foram aqueles coquinhos - eu explico até um pouco da história e de como que surgiu. (...) Os coquinhos eu nunca tinha feito, minha avó fazia, mas ela fazia para eu dormir (...) E aí eu falei: "Tem alguma coisa por trás desse penteado, tem uma história por trás disso" (...) Aí eu decidi contar essa história dos penteados, que é baseada em grupos étnico-raciais lá do passado (...) Como eu falei: "Às vezes, minha avó fazia os coquinhos. De alguma forma, ela estava cuidando do meu cabelo e também cuidando de mim. Essa troca de afeto".

Tamires, 16 anos, preta

Significativos, em uma entrevista, foram os relatos de medos de se envolver muito no ativismo interseccional devido aos riscos inerentes de se adquirir visibilidade na luta por direitos. Isto é particularmente sensível, considerando a importante figura de Marielle Franco, ex-moradora da Maré e ativista que se tornou vereadora no Rio de Janeiro. Marielle foi assassinada em 2018, em uma execução politicamente carregada de forte violência.

Foi até um problema em casa mesmo, que é o pai, ainda mais com o acontecimento de Marielle e tudo o mais, durante muito tempo e até hoje, o meu pai tem questões de ter medo que eu assuma essa posição de construir liderança, se possível coletiva, que faça e aconteça e que comece a tomar uma proporção muito maior do que já está tendo, porque ele tem medo, sabe? E aí foi já questão de choro, de conversa, de sensibilidade (...)

Joseane, 19 anos, indígena

ESPAÇOS RELIGIOSOS

Espaços religiosos ajudam mulheres a lidar com situações de vulnerabilidade e violência. Às vezes, sua fé as ajuda a lidar com a violência, dando-lhes suporte para quando estão tristes e não têm mais ninguém com quem falar. Em tempos de dificuldade econômica, as instituições religiosas são possíveis pontos de apoio, por exemplo, com ações de distribuição de cestas de itens alimentares básicos.

O que eu fiz [para evitar ficar em casa]? Para sair eu comecei a ir para a igreja. Fiquei na igreja fazendo atividades da igreja para não ficar só em casa, porque eu ficava só em casa.

Célia, 29 anos, parda

Porque nossa, aqui [na igreja] a gente é muito de abraçar, de ter afeto, e são pessoas muito queridas que me deram muita força, me ajudaram em muitos momentos da minha vida assim. (...) eu gosto de chamar de comunidade de fé (...) tem sido uma fortaleza, são pessoas que estão comigo na alegria, na tristeza, no enterro. (...) Tem grupo de mulheres, (...) que chama Mães de Joelho, Filhos de Pé. E tem o ministério social que cuida de um todo, mas tem uma parte específica de mulheres. Neste momento da pandemia, o serviço social tem cuidado mais em relação às famílias e à alimentação. Então a gente, todos os membros, doamos os próprios alimentos e dividimos para as famílias que têm menos condição.

Laura, 28 anos, preta

Como estes espaços às vezes reproduzem violência, a ambivalência também esteve presente nos depoimentos:

Eu cresci em uma Igreja Evangélica, eu não tenho nada contra – Cristianismo, nenhuma das religiões na verdade – eu acho que eu acredito em todas, só que especificamente na igreja que eu cresci eu passei por muitas violências machistas, racistas, em diversas situações. Então, acabava que não era uma rede de apoio, apesar de saber que o que pregam, teoricamente, deveria me acolher, mas as pessoas que pregavam não me acolhiam, então era tipo isso.

Grupo Focal III

DENUNCIANDO VIOLÊNCIA DE GÊNERO AO ESTADO: POLÍCIA E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Quando questionadas sobre os serviços de apoio ao enfrentamento à violência, muitas mulheres afirmaram não conhecer qualquer organização ou rede estadual. A falta de acesso às políticas de cuidado e proteção, ou inadequação percebida dos serviços públicos ao contexto da Maré foi uma percepção comum. Via de regra, o principal mecanismo de políticas públicas acessado são as delegacias de polícia, ainda que percebidas como violentas e ineficazes pela maioria das mulheres. Além disso, os serviços de Saúde, como unidades básicas ou clínicas da família, foram considerados precários e prestando cuidados de má qualidade. Apesar dos problemas, estes são os primeiros lugares em que as mulheres tendem a denunciar casos de violência de gênero, especialmente a violência doméstica. No entanto, registrar denúncia em uma delegacia geralmente ocorre após graves escaladas da violência, envolvendo vários episódios de agressão ou mesmo tentativas de feminicídio.

Uma ambivalência marcante foi enfatizada: serviços que constituem formalmente a rede pública de cuidado e proteção tendem a ser produtores de novas violências, particularmente em relação ao estigma e à criminalização das favelas (como observado no contexto da Maré, onde os níveis de denúncia formal são extremamente baixos).

[Meu ex-marido] já tentou me matar, já me enforcou diversas vezes. Eu só dei parte, porque eu não entendia muito, só dei parte e fiquei esperando. Não fiz mais nada, não tive nenhum apoio, ajuda, nada. Depois desse negócio das ameaças [de ele ter me] batido (...) eu levava tudo na delegacia. Eu fui na 28 DP [delegacia de polícia]. Eu fazia [a denúncia], para ver se prendiam ele, fazia alguma coisa com ele, para parar ele, mas não adiantava. [Só me procuraram] oito anos depois.

Cátia, 29 anos, parda

Aí me levou lá para a [delegacia] 21. (...) Aí o cara [delegado] veio e perguntou: "O que que houve?" Aí eu falei: "Ele me trancou no banheiro com uma peixeira na mão; queria me matar." Aí ele olhou assim: "Cadê o sangue?"

Elisa, 50 anos, cor não declarada

Quando estava grávida da minha filha mais nova. Aí eu fui até ele para pegar o dinheiro que era para as coisas; ele não gostou e me agrediu e deu aquela confusão toda. (...) Fui à delegacia, fiz a queixa, fiz corpo de delito. E me ligaram, falando que era para eu manter distância dele - eu até falei na hora: "Vocês têm que ligar pra ele, que a agredida foi eu, não foi ele. Então vocês têm que avisar ele, porque é ele que tem que ficar longe de mim" (...) E depois disso, não me chamaram mais. (...) Assim, nós vemos na televisão, nós vemos que a mulher já foi lá [na delegacia] três, quatro vezes, às vezes você vai lá [conferir] tem 10 boletins de ocorrência, e nenhuma dessas [vezes] a mulher foi ouvida. E daqui a pouco o homem leva a mulher, corta o seu cabelo, agride, fura, mata, dá facada, a mulher vai para o hospital. Aí que vão lembrar que ela tinha 10 boletins de ocorrência. Então para mim não funciona. Eu acho que Lei Maria da Penha não funciona.

Patricia, 31 anos, parda

Quando eu [ja] sair ele [delegado] perguntou para mim se eu tinha algum lugar para ir, porque não podia deixar ele [agressor] preso. Aí eu falei assim: “Não, eu cheguei há pouco tempo do Nordeste.” Ele: “A senhora se cuida, porque ele vai ficar solto, eu vou ficar com ele aqui, pegar o depoimento dele e eu vou demorar um pouco até que a senhora chegue em casa, porque aqui a gente defende, mas lá fora a gente não pode, você mora em comunidade, então você não pode nem chamar a gente, se no caso acontecer de ele ir atrás da senhora, a senhora não pode nem chamar a gente, porque se a senhora chamar, sua família é morta, porque a senhora sabe que a senhora mora em comunidade.”

Maria Rachel, 48 anos, branca

[O delegado disse:] “Infelizmente onde você mora é área de risco, a gente não pode entrar, então o máximo que eu vou poder fazer por você é cuidar de você aqui fora, se você for para o trabalho, ele for atrás de você, se ele te machucar aqui fora. Infelizmente, aí dentro não posso fazer nada.”

Grupo Focal I

[O perito disse:] “Você está aqui [no Instituto Médico Legal], você apanhou, mas e aí? Depois você vai voltar para o cara, mas você está interrompendo meu trabalho e um monte de gente que está aí por emergência mesmo, precisando, que está passando mal, que está ferrado.”

Grupo Focal V

Apenas uma mulher relatou ter recebido assistência efetiva da polícia, depois de ter denunciado uma experiência de violência no passado. A satisfação é tão rara que seu relato chamou a atenção de outras mulheres no Grupo Focal I, que queriam saber mais sobre esta experiência positiva.

Acho que depende muito, porque a primeira vez que eu dei queixa na delegacia, eu quase não tive apoio nenhum da mulher, eu não fui amparada da forma que eu fui da segunda vez. (...) Eu sou acompanhada até hoje pela patrulha da mulher. Mesmo estando aqui dentro, de mês em mês, eles me mandam uma mensagem para conversar comigo, saber se ele está respeitando ou não. Então, a diferença que eu vi de antes para agora é muito grande. E eu fiquei até assustada, eu nunca tive [esse atendimento]. Da primeira vez que eu fui, eu nunca tive acompanhamento e dessa vez eu estou tendo, eu tenho acompanhamento da patrulha da mulher, da defensoria [pública] e vários outros órgãos.

Grupo Focal I

É importante enfatizar o processo de culpabilização das mulheres pela violência sofrida na dimensão privada – entre famílias, amigos, vizinhos e por instituições. Essa culpabilização apareceu não apenas em práticas de revitimização dentro de espaços supostamente destinados a acolher as mulheres (como nas delegacias de polícia), mas em outros espaços, como o sistema penitenciário e unidades de Saúde.

Eles [os agentes penitenciários] não são agradáveis. Como é que eu posso explicar? Quando você entra lá, que eles têm que mexer nas coisas, na comida (...). Mas você bota as coisas direitinho e quando você entra, parece que você é culpada pelo o que quem está lá dentro fez. Eles tentam fazer uma psicologia reversa.

Priscila, 50 anos, preta

Eu fui para o UPA e dentro do UPA foi um ato de violência, porque quando a mulher perguntou os meus sintomas e eu respondi, ela simplesmente olhou para a minha cara e falou: “Espera.” Eu estava ali, me tremendo de dor, chorando (...) E descobri que a mulher não tinha jogado meu nome no sistema. São outras formas de violência também, não tem nada formal protegendo a gente.

Grupo Focal III

Experiências semelhantes ocorreram em postos de Saúde estaduais:

Eu já presenciei situações de uma menina estar com uma doença sexualmente transmissível e o médico chamar todo mundo para olhar. Como foi constrangedor para aquela menina, quando ela saiu daquela sala (...) uma coisa violenta, porque era uma menina que estava com uma doença sexualmente transmissível, e que para o médico era um absurdo ela estar com aquilo, de como aquilo foi violento, isso para mim foi uma violência de gênero.

Grupo Focal III

Eu por muito tempo não usei a clínica por quê? Normalmente quando eu queria fazer um preventivo, sempre por causa da demora - o posto de Saúde é aquela burocracia, aquele estresse, demora, sabe - eu procurava fazer sempre particular. (...) [E no posto de Saúde] na verdade quem te atende não é médico, é enfermeira.

Carol, 31 anos, branca

Ineficácia, falha de garantias legalmente instituída e a violência produzida por serviços – percebidos como funcionando corretamente apenas “na cidade” e não nas favelas – levaram as mulheres da Maré a desenvolver outros meios para lidar com violências, muitas vezes sozinhas ou ativando redes. Isso geralmente envolve recorrer a práticas de enfrentamento de curto prazo, como deixar a casa quando os homens chegam bêbados

e agressivos, inclusive dormir na rua com suas crianças, se necessário; planejar novas rotas; mudar rotinas, hábitos e residência quando perseguidas por ex-parceiros; formar redes de segurança com agentes de segurança privada em seus locais de trabalho; evitar novos relacionamentos ou ser vista na companhia de outros homens; contar com a família, amigos e vizinhos para não circular sozinha. Como já enfatizado, todas estas medidas implicam restrições significativas à liberdade de escolha das mulheres.

Só consegui falar sobre isso agora, depois de grande. Não conseguia falar para ninguém. E eu sou uma das primas mais novas, então as meninas não tinham tanta proximidade a mim - diferença de idade, hábitos diferentes. Então, a gente não conversava tanto sobre isso. (...) A gente veio conversar sobre isso (...) a gente foi descobrindo isso todo mundo junto - uma contou, a outra também contou. E a gente viu que realmente acontece, mas que ninguém consegue falar. No meu caso - no caso de todo mundo lá [na minha família] - ninguém conseguia falar, e eu tenho medo de - a minha filha ainda é pequena - ela não saber me contar isso, de estar acontecendo e eu não estar vendo.

Rosa, 25 anos, branca

Várias mulheres relataram adotar o silêncio sobre a violência que sofreram para evitar serem culpadas por suas próprias violações, ao ouvirem comentários como “mas se você ficou no relacionamento é porque quis”, “se você realmente quisesse você o teria deixado há muito tempo”, “o que você estava pensando, indo para esses lugares à noite?” ou “por que você estava vestida assim?”, entre outros. Às vezes, a própria família é um vetor de revitimização, quando, por exemplo, avós e mães reagem a casos de violência compartilhados, com conselhos como “é ruim com ele, é pior sem ele”. O silêncio das mulheres, em situações como essas, pode ser interpretado como uma forma de resistência a mais violência, muitas vezes decorrente de um sentimento de culpa por violência sofrida anteriormente (Figura 6).

Em contraste, quando o acesso a serviços e políticas públicas se fez viável e eficaz, produziu um sentimento de dignidade e respeito por parte das mulheres na Maré. O acesso à Justiça, embora bastante raro em seus depoimentos, mostrou a possibilidade de rompimento com ciclos de violência. Por outro lado, a falta de acesso a serviços é comumente vivenciada como forma de desrespeito, que reafirma as desigualdades e violências que atingem os corpos e a vida das mulheres da Maré.

Como esses espaços [de políticas públicas] que foram construídos e concebidos para serem espaços de proteção raramente funcionam (...) as mulheres na Maré criam resistências, resiliências informais. Esses espaços, e isso dialoga com a ideia de agência (...) justamente a partir dessa lacuna, dessa não presença, dessa não efetividade desses serviços, que as mulheres são absurdamente inventivas. É a partir disso que surgem criatividade, formas de existir, resistir de várias formas possíveis.

Integrante Campanha Maré Diz Não ao Coronavírus

FIGURA 6 - NÃO EXISTE MULHER FRÁGIL, EXISTE MULHER QUE NÃO RECONHECE A FORÇA QUE TEM: DESENHO OBSERVACIONAL DO GRUPO DE FOCO 3



(Ilustração: Mila de Choch)

GRUPOS ARMADOS

Enfrentando o descaso endêmico do Estado, moradoras da Maré encontraram uma fonte alternativa de resolução de conflitos em grupos armados que dominam diferentes áreas. Os grupos armados ocupam uma posição ambivalente nas suas narrativas, tanto como fontes de violência quanto de proteção. Algumas mulheres informaram que já procuraram pessoalmente a ajuda de integrantes dos grupos armados para lidar com algumas situações de violência, mais comumente abuso intrafamiliar e violência doméstica. Este recurso ocorre por diversos motivos: por necessidade, seguindo códigos locais para a gestão de conflito; por uma sensação de familiaridade com estes atores, com membros do grupo armado sendo pessoas conhecidas por todos, tendo crescido na Maré junto com demais moradores; e por descrença no Estado ou experiências anteriores de falta de acesso e ineficácia das políticas públicas.

Isso já era 3 da manhã, quando eu corri para a DEAM [delegacia para mulheres]. Um colega meu falou: "Vou contigo. Vamos embora." Fui para a DEAM e na hora já dei parte dele... [mas isso me] prejudicou porque - eu não sabia -, quando você mora em comunidade, você tem que resolver tudo aqui. (...) [O tráfico disse]: "Olha, então é o seguinte: manda arquivar o processo, e o que tiver que dividir, ele vai te dar o que ele quiser. Se ele não quiser te dar nada, ele não vai te dar nada. (...) você vai aceitar o que ele quiser." (...) Aí o bar, a casa de cima, mais dois andares para cima - que nós construímos da lama -, uma loja do lado e um carro, fora a poupança toda que nós conseguimos fazer - saí sem nada.

Elisa, 50 anos, cor não declarada

Eu recorro muito, primeiro por conta da minha criação, então eu tenho esse lugar como um lugar de proteção (...) Eu acho que não tem quem não teve que acionar esse mecanismo de justiça [tráfico] para outras coisas; Eu acho o tráfico uma política de Segurança Pública da favela, às vezes eu tenho este olhar. Exatamente igual o Estado mesmo, quem acessa, quem vai ter o direito de recorrer, quem vai ser reconhecido.

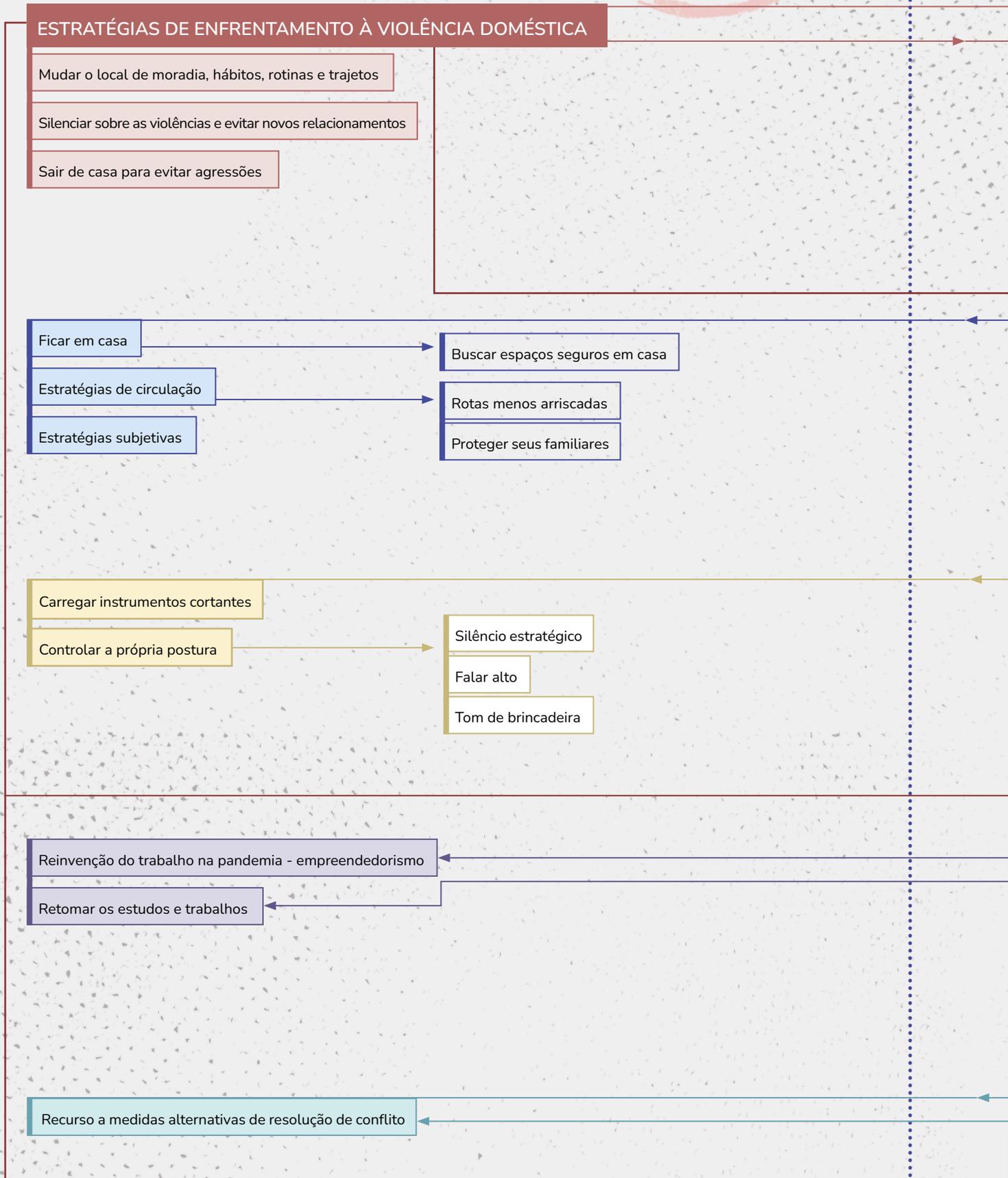
Grupo Focal V

Aqui a lei é deles [do tráfico]. Entendeu? Porque a pessoa tem um envolvimento ali, ela não pode levar em um lugar que é de lei, de direito, para dar parte na delegacia, porque as leis, infelizmente, são deles. (...) Eu já vi a minha prima passar por isso. Minha prima já passou muito por isso, porque ela era mulher de bandido, então, ele batia nela mesmo, entendeu? Dava chute nela e tudo. E ela tendo que aturar (...) porque eles acham que, pelo poder que eles têm, podem fazer tudo.

Grupo Focal II

Várias práticas desenvolvidas por mulheres para resistir a diferentes formas de violência urbana de gênero demandam uma categorização para melhor compreendermos suas interrelações. As linhas do tempo muitas vezes se cruzam, criando – como visto – zonas liminais entre reações emergenciais e práticas mais estruturantes. Estas zonas compartilhadas emergem entre as dimensões do individual e o coletivo, do formal e o informal. As práticas mudam com o tempo e de acordo com o contexto, nem sempre são individuais ou coletivas, formais ou informais, reativas ou transformadoras. As ações se sobrepõem, coabitam tempo e espaço, sofrem avanços e inflexões, e afetam umas às outras (Figuras 1, 7 e 8).

ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS



ZONA LIMIAR

Acionar seguranças privados no local de trabalho

Contar com a proteção da família, amigos e vizinhos

ESTRATÉGIAS COLETIVAS

REDES FORMAIS

Dispositivos da saúde

Forças de segurança pública

Sistema de justiça: delegacias, IML

Organizações da sociedade civil

Acesso a cursos e treinamentos

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ARMADA

PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS COLETIVOS

Corpo como dispositivo coletivo

Pertencimento ao território

Ancestralidade

Ativismo online

Aplicativos de comunicação

Mídias sociais

Aproximação com mulheres

Espaços religiosos

Compartilhar a localização

Manter-se perto de outras mulheres no espaço público

LIDANDO COM A VIOLÊNCIA URBANA

ESTUDO, TRABALHO E AUTONOMIA FINANCEIRA

Mulheres como rede de apoio para o cuidado dos filhos

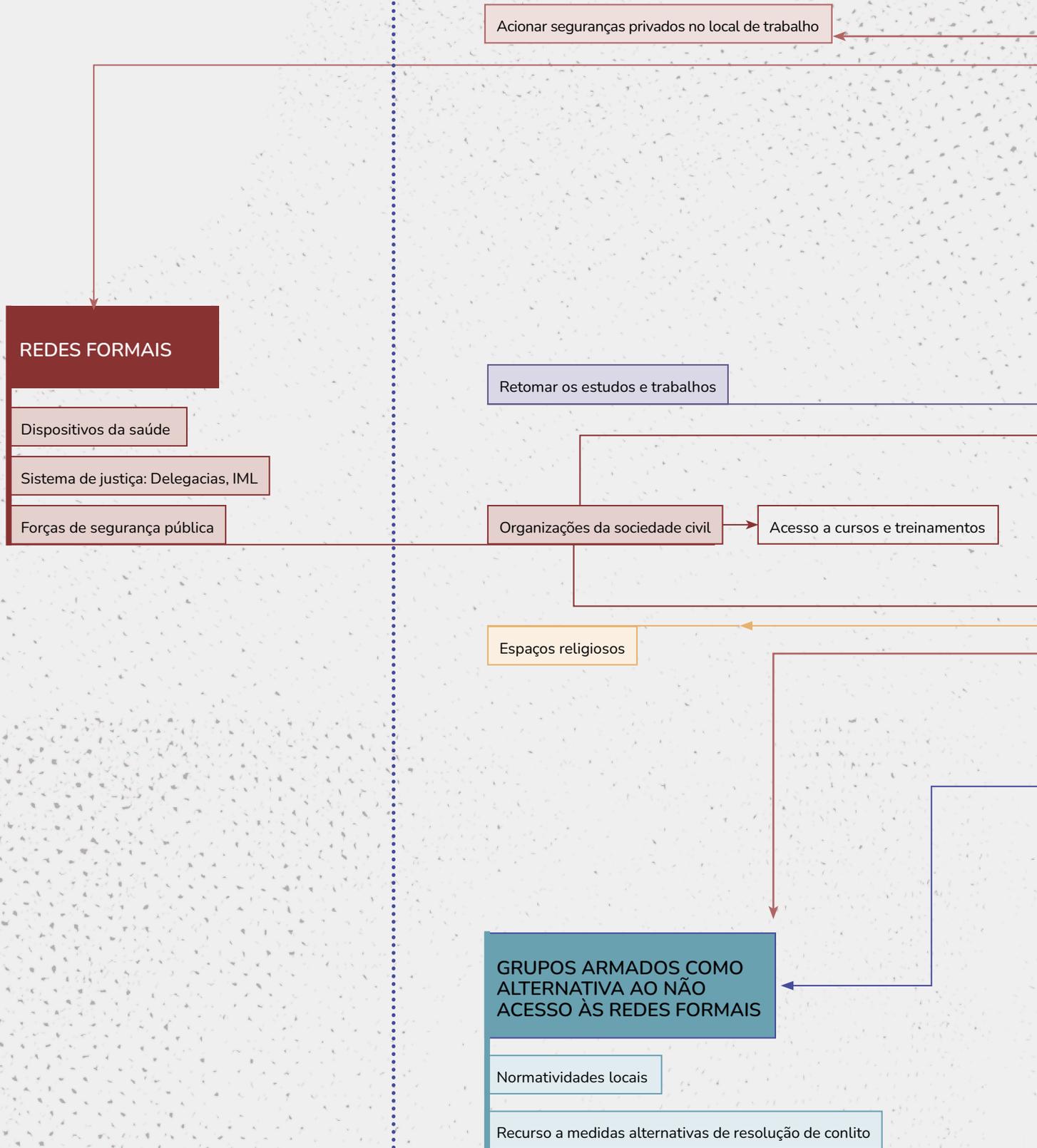
GRUPOS ARMADOS

Normatividades locais

FIGURA 8 - PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA FORMAIS E INFORMAIS

RECURSO FORMAL-ESTATAL

ZONA LIMIAR



RECURSO INFORMAL

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Contar com a proteção da família, amigos e vizinhos

Mudar o local de moradia, hábitos, rotinas e trajetos

Silenciar sobre as violências e evitar novos relacionamentos

Sair de casa para evitar agressões

ESTUDO, TRABALHO E AUTONOMIA FINANCEIRA

Reinvenção do trabalho na pandemia - empreendedorismo

Mulheres como rede de apoio para o cuidado dos filhos

PARTICIPAÇÃO EM ESPAÇOS COLETIVOS

Corpo como dispositivo coletivo

Pertencimento ao território

Ancestralidade

Ativismo online

ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ARMADA

Aplicativos de comunicação

Ficar em casa

Buscar espaços seguros em casa

Estratégias de circulação

Rotas menos arriscadas

Mídias sociais

Proteger seus familiares

Aproximação com mulheres

Estratégias subjetivas

LIDANDO COM A VIOLÊNCIA URBANA

Carregar instrumentos cortantes

Compartilhar a localização

Controlar a própria postura

Manter-se perto de outras mulheres no espaço público

Silêncio estratégico

Falar alto

Tom de brincadeira



**O ENFRENTAMENTO
DAS MULHERES
À PANDAMIA DE
COVID-19**

Essa pesquisa se iniciou antes do surto de COVID-19 chegar ao Brasil e enfrentou inúmeros desafios para garantir sua continuidade. O distanciamento social e a urgência de enfrentamento da pandemia, principalmente nas periferias e territórios urbanos já submetidos a abundantes complexidades, impuseram uma reavaliação do planejamento das atividades da pesquisa. A crise afetou os trabalhos, não só porque o Brasil foi um dos países mais severamente afetados no mundo, mas também porque as favelas foram massivamente impactadas pela crise sanitária e econômica. Por isso, a pesquisa foi ajustada de modo a incorporar a investigação de como a pandemia afetou as mulheres da Maré e como elas responderam às novas formas de adversidades e violências de gênero no território.

As mulheres entrevistadas e participantes dos grupos focais abordaram diferentes aspectos da pandemia, indicando as singularidades de seu impacto entre os moradores da Maré. Os problemas que emergiram incluíam um potencial aumento da incidência de violência doméstica diante da necessidade de isolamento social; maior dificuldade de acesso aos serviços de Saúde, tanto para combater a doença quanto para outras demandas de saúde; intensificação da vulnerabilidade econômica, devido à perda de trabalho ou à diminuição da carga de trabalho, resultando em redução de renda; necessidade de se criar novas formas de garantir o sustento da família e dos filhos; carga extra de trabalho em casa, devido ao fechamento das unidades de acolhimento de crianças e à suspensão das atividades escolares; dificuldades de acesso à internet e tecnologias necessárias para atividades e aulas remotas; e impossibilidade de frequentar espaços coletivos.

Portanto, a pandemia teve efeitos negativos e positivos para as mulheres. Em estágios iniciais, foi esmagadoramente negativo, como as mulheres avaliam a seguir:

O começo estava mais preocupante, porque eu fui contaminada pela COVID (...) perdi quatro pessoas da família. Um com COVID. Também perdi um primo recentemente, uma tia e duas primas. (...) Mas a minha tia teve mais dificuldade, porque ela teve que dar três entradas na UPA, três vezes ela foi lá para eles conseguirem fazer um Raio-X para verem que ela estava com tumor. (...) Para ela foi muito difícil conseguir um atendimento eficaz. Precisava de muita pressa. Aí com esse negócio de COVID todo mundo achando que era só COVID, mandava para casa e ela sentindo muita falta de ar sempre (...)

Elza, 46 anos, branca

Muita gente está desesperada, muitas mulheres estão desesperadas, sem saber o que fazer. Tenho uma amiga que é mãe, é estudante, trabalha e ela está nessa: “Eu tenho que sair para trabalhar, mas e se eu sair e pegar o corona? Quando eu voltar [para casa], como fica a minha filha? Eu moro em um cômodo, como eu vou fazer com a minha filha? Como eu vou me isolar com a minha filha?”

Amanda, 21 anos, preta

Eu por muito tempo não usei a clínica, por quê? Normalmente quando eu queria fazer um preventivo sempre por causa da demora - o posto de Saúde é aquela burocracia, aquele estresse, demora, sabe - eu procurava fazer sempre particular. (...) [E no posto de saúde] na verdade quem te atende não é médico, é enfermeira.

Carol, 31 anos, branca

Porque por exemplo (...) mulheres perderam o emprego, aconteceu a pandemia e elas acabam dependendo dos maridos ou dos parceiros (...) [elas] acabam falando: “Não vou me separar dele, porque eu estou sem emprego e eu preciso dele ali agora.” Sabe? E a galera [homens] pinta e borda, mas como é que a pessoa vai sair deste relacionamento, sabe?

Renata, 24 anos, branca

E aí a gente precisava de dinheiro imediato, falei: “Dinheiro imediato é comida, e eu não sei fazer comida, o que a gente vai fazer?” E aí pesquisando na internet, por um acaso, eu entrei no aplicativo Tudo Gostoso (...) Falei: “É verdade, acho que não é tão difícil. Acho que todo mundo sabe fazer um frango desfiado e botar maionese.” (...) Aí eu vendo pelo WhatsApp, e anuncio no Instagram (...)

Thabata, 29 anos, branca

Contudo, houve resultados positivos para algumas das participantes. Muitas mulheres se reinventaram por meio de novos empreendimentos ou mudaram suas formas de trabalhar – especialmente pela internet e redes sociais. Muitas começaram a divulgar seus trabalhos *on-line*, como entrega de comida pronta, venda de produtos de beleza, vestuário, entre outros. A criatividade das mulheres foi essencial para esta reconstrução, dada a ausência de serviços públicos de emergência para combater os efeitos negativos da pandemia.

Em 2020, duas importantes frentes coletivas locais foram desenvolvidas para lidar com os efeitos da COVID-19 e o consequente isolamento social, como já citados: a *Rede de Apoio a Mulheres da Maré* (RAMM) e a *Campanha Maré Diz Não ao Coronavírus*. Mulheres criaram e lideraram essas iniciativas. Nove entrevistas individuais com mulheres que trabalharam nas duas frentes revelam dimensões importantes dos impactos e das formas de resistência aos efeitos da pandemia.

(...) E agora, nessa época de pandemia, eu comecei a gravar aulas de defesa pessoal para algumas mulheres que estão em casa com seus parceiros que as agridem (...) eu trouxe algumas dicas pelo Instagram e a gente pegou todas as mulheres do Instagram e colocou como melhores amigos, porque é uma plataforma que homens não vão ter acesso. E toda quinta-feira eu estou dando essa aula de defesa pessoal para elas se sentirem mais seguras em casa. E coloquei também lugares onde elas podem correr, caso ocorra violência e elas não souberem onde procurar ajuda.

Renata, 24 anos, branca

CAMPANHA MARÉ DIZ NÃO AO CORONAVÍRUS

Um resultado altamente significativo da pandemia foi a formulação da *Campanha Maré Diz não ao Coronavírus*, iniciada por meio de um diagnóstico social, realizado pela Redes da Maré. Identificou-se que a população local enfrentava dificuldades de acesso a serviços de Saúde já precários; impossibilidade de observar o isolamento adequado, seja pela necessidade de ir trabalhar ou as más condições de habitação; dificuldades de garantir, em toda a Maré, acesso ao saneamento e aos meios de higiene adequados; insegurança alimentar, devido à vulnerabilidade econômica, considerando-se a alta concentração de trabalhadores informais na Maré, entre outros fatores.

Obviamente as regiões de favela e periferia seriam muito impactadas, seja pela questão da disseminação da doença, pelo fato de que os números e a visibilidade do que aconteceria ali seria menor do que em outras regiões da cidade, seja pelo impacto econômico de perda de renda, porque são muitos trabalhadores informais. (...) Aí, surgiu a ideia da Campanha Maré Diz Não ao Coronavírus. Ela inicialmente se estruturou em torno da doação de cestas básicas, a parte da segurança alimentar e da entrega de quentinhas para população em situação de rua que foi uma das primeiras frentes implementadas.

Integrante da Campanha Maré diz não ao Coronavírus

A Campanha começou em março de 2020 e foi organizada em seis frentes: segurança alimentar; atenção à população em situação de rua; geração de renda; acesso a direitos à saúde, cuidados e prevenção; produção e disseminação de informações e conteúdos confiáveis; e apoio a artistas e grupos culturais locais.

A distribuição de cestas básicas e itens pessoais de higiene foi a atividade principal, organizada por meio de triagens para a identificação de famílias

por critérios de vulnerabilidade social. Refeições foram distribuídas a moradores de rua e usuários de álcool e outras drogas. Um serviço on-line foi organizado para prestar assistência à população local em casos de violência, violações de direitos e outras demandas relacionadas à garantia de acesso à Saúde, incluindo o monitoramento de suspeitas de casos de COVID-19, oferecendo testes e estruturando consultas remotas de “telemedicina”.

As entrevistas realizadas nesse cenário destacaram a estruturação da serviços de atendimento desenvolvidos ao longo da Campanha. O processo começou com a identificação de demandas de saúde durante a distribuição de cestas básicas e se consolidou por meio da articulação entre diferentes instituições. De um processo que começou com a necessidade de ação emergencial - garantir o acesso a alimentos em um cenário de crise e instabilidade econômica - uma complexa ação multifacetada foi desenvolvida: o projeto Conexão Saúde.

O Conexão Saúde é uma parceria entre a Redes da Maré, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), SAS Brasil, Dados do Bem, União Rio, o Conselho Comunitário de Manguinhos e Todos pela Saúde. O tripé do atendimento gratuito ofertado foi formado pela plataforma de telemedicina do SAS Brasil, pelo programa de testagem do Dados do Bem e Fiocruz, e pela organização do apoio ao isolamento domiciliar em parceria com a SAS Brasil. Os dados sobre a pandemia da COVID-19 na Maré, produzidos a partir dessa rede ações, possibilitaram desenvolver uma série de conteúdos direcionados à garantia de informação de qualidade para a população local e à produção e disseminação de dados sobre a pandemia na Maré, fazendo frente à subnotificação dos dados oficiais sobre territórios favelados e periféricos.

Ao longo do último ano, a Campanha se transformou, em decorrência de um crescente conhecimento sobre a pandemia, sobre as formas de prevenção e enfrentamento da COVID-19, e sobre as necessidades relacionadas às singularidades do

território da Maré, cada vez melhor compreendidas. Em uma entrevista, foi observado um processo crescente de reformulação da Redes da Maré, incluindo novas percepções acerca das demandas das mulheres no campo de acesso à Justiça.

A partir da discussão de acesso à Justiça, a gente vem percebendo que muitas pessoas que pedem ajuda nos confrontos, nos confrontos armados sobretudo, são mulheres. E aí a gente começa, no final de 2020 (...) a ampliar um pouco a discussão para outras violências (...) ampliar a capacidade de acolhimento, atendimento de violência armada, para violência contra mulher, violência contra a população LGBTQI+ (...)

**Integrante da Campanha
Maré Diz Não ao Coronavírus**

Múltiplas e diversas demandas ampliaram a percepção da violência, iniciando um processo de reflexão e reformulação institucional para fornecer apoio específico a fim de combater a violência contra as mulheres. Um membro da Campanha abordou esse aspecto de forma muito poderosa:

Surgiu a necessidade de se reinventar, o que a gente vai fazer diante deste cenário [da pandemia]? (...) Aí, a gente começou a organizar o processo de atendimento de moradores. A gente começou a organizar uma inscrição via WhatsApp e nessa coisa do WhatsApp a gente não imaginou que ia ter tanta demanda, e aí a gente teve mais de 100 mil inscrições para receber cesta básica. Do atendimento do WhatsApp, nasce o atendimento sociojurídico on-line (...) E é no contexto da pandemia que a gente percebe que não é só a violência armada que atinge as pessoas (...) E agora, neste momento, a gente está se instrumentalizando para o acolhimento de violência contra mulheres (...) porque a gente entende que tem uma fragilidade na política e na lei que não contempla mulheres negras e moradoras de favelas (...) De que forma, a gente vai apoiar essa mulher para que, de alguma forma, ela construa sua rede de apoio e consiga sair desta situação.

**Integrante da Campanha
Maré Diz Não ao Coronavírus**

No que diz respeito ao serviço de assistência remota desenvolvido pela Casa das Mulheres, alguns desafios, como a falta de privacidade em casa e a presença de agressores no mesmo espaço, foram notados, exigindo adaptação institucional à nova realidade. Foi estruturado um serviço híbrido, permitindo acesso presencial com agendamento de compromissos, substituindo a porta aberta anterior do modelo com pessoal de plantão.

Como resposta a tantos desafios, considerações sobre as necessidades de mais longo prazo indicavam mudanças estruturais, com base na possibilidade de construção, além do período da pandemia de COVID-19, como a adoção de um modelo híbrido permanente, que poderá permitir o acesso aos serviços por mulheres de diversas regiões da Maré. A necessária adaptação diante de um momento de urgência tornou-se uma forma de aprimorar e reestruturar o próprio serviço

Os atendimentos, a gente inicialmente passou só para remotos (...) e foi muito difícil o atendimento remoto de questões mais delicadas. E, especialmente por conta do aumento de violência doméstica durante a pandemia, a gente começou a avaliar a possibilidade de atendimento presencial. A gente voltou de um outro jeito, [antes] a gente fazia plantões e as mulheres eram atendidas na ordem de chegada. [Agora] a gente passou a atender alguns casos e com hora marcada. Aí, eu acho importante isso para a gente incorporar quando pensa em acesso. (...) Hoje eu defendo muito esta hibridez. Os atendimentos remotos, se por um lado estão sendo um recorte, algumas pessoas não vão ter acesso a este atendimento; tem outras que nunca tinham chegado na Casa [das Mulheres] e que só chegaram, porque tinha o canal remoto. Foi justamente os atendimentos remotos que provocaram a gente a fazer plantões na sede do Pinheiro (...) que é longe do Parque União, onde fica a Casa, e é controlado por outra facção [do tráfico]. O atendimento remoto (...) ampliou nossa capilaridade no território.

**Integrante da Campanha
Maré Diz Não ao Coronavírus**

O primeiro fator é que quem provê o cuidado são as mulheres. Então são elas que procuram os serviços (...) a maioria é mulher. Que cuidam dos filhos (...) então acho que já tem esse recorte claramente, quando a gente fala da área da Saúde. E aí, a dificuldade de fazer os homens se implicarem nos seus processos de cuidado e responsabilidade também sobre os filhos e outros membros da casa (...) Então, esta responsabilidade é das mulheres, então acho que a primeira questão é um certo desespero do que significa ficar doente para alguém que tem tantas responsabilidades sociais e familiares, que é o centro desses cuidados (...) Acho que tem um primeiro marco de gênero que tem a ver com questão da saúde, do cuidado nesta hora: elas que vão procurar [atendimento] (...)

**Integrante da Campanha
Maré Diz Não ao Coronavírus**

Principalmente as mulheres que buscaram a ajuda da Campanha construíram a infraestrutura organizacional das atividades. Isso diz respeito ao papel ocupado pelas mulheres em suas famílias e na Maré.

REDE DE APOIO À MULHER DA MARÉ (RAMM)

A Rede de Apoio à Mulher da Maré (RAMM) teve início em maio de 2020, na sequência de uma iniciativa da Luta pela Paz, uma organização local da sociedade civil.¹⁴ A RAMM constituiu uma rede colaborativa entre os serviços de apoio à mulher, devido à preocupação com o potencial aumento da violência relacionada ao isolamento social. A articulação entre profissionais de diversas áreas do cuidado era essencial, já que eles trabalhavam em serviço público, organizações locais da sociedade civil ou universidades, a fim de articular estratégias conjuntas para proteger as mulheres na Maré.

Sobre o impacto da pandemia na prestação de cuidados à mulher, um membro do RAMM, ativo no serviço público de Saúde, nos contou sobre a experiência de assistência remota e a complexidade de interagir com os clientes enquanto há a possibilidade constante de o perpetrador estar no mesmo espaço.

Para mim, isso me deixa mais cuidadosa em entender, por exemplo, que eu vou fazer uma ligação para aquela pessoa que eu já atendia e que já sofreu violência, e agora eu preciso entender que, talvez, eu tenha que pensar em que horário vai ser isso para o cara não estar em casa quando a gente for fazer esse atendimento. (...) Então, uma vez uma mulher me falou: “Eu não posso conversar agora porque ele está aqui” (...)

Integrante da RAMM

A integrante da RAMM também considerou nem sempre ser capaz de continuar a apoiar as mulheres anteriormente assistidas. Isso revela a relação entre pobreza, ramificações da pandemia e violências de gênero, mostrando a especificidade dos problemas enfrentados por mulheres da Maré e as redes de apoio formadas pelos moradores.

Foi muito difícil resistir na pandemia, com o público que eu atendo, por conta de a internet ser esse caminho, e isso ser um dificultador em muitos momentos. Então, tem uma das mulheres que eu atendo que é uma pessoa com milhares de problemas clínicos, e que foi um dos atendimentos mais emocionantes para mim até hoje, porque ela ia para um beco pegar a internet, e aí ela tinha muita dificuldade de locomoção, nunca tinha feito uma chamada de vídeo - nem imaginava o que era aquilo. E aí, nesse dia, passava um vizinho e falava: “Senta aqui” e colocava [a senhora] numa porta. Daí a pouco passava outro: “Toma esse copo d’água enquanto você fala com a doutora” aí dava o copo d’água para ela; “Quando terminar, só bater aqui que eu te ajudo a levantar.”

Integrante da RAMM

A forma como a RAMM trabalhou inicialmente foi organizada com reuniões semanais para definir ações prioritárias. Um fluxo de trabalho integrado, para permitir a colaboração e respostas de emergência dentro da rede, foi construído. Os membros mapearam os serviços com base na Maré, ou aqueles situados fora, mas abertos a mulheres da Maré, e desenvolveram um processo de coleta de sugestões por meio de reuniões ampliadas, envolvendo outras políticas públicas e partes interessadas. Quando pronto, o fluxo de trabalho foi apresentado em reuniões públicas.

¹⁴ Disponível em <<https://lutapelapaz.org/>>

Tudo vem sendo construído coletivamente... inicialmente a gente pensou em construir um fluxo de atendimento. A partir da construção do fluxo, a gente abriu para outras instituições para que as pessoas opinassem; a partir daí, a gente construiu em cima, melhorou o fluxo. Agora, a gente tem um site em que as pessoas podem acessar informações sobre o fluxo e sobre as instituições. E o site virou uma fonte de informação quando você está atendendo uma mulher em situação de violência.

Integrante da RAMM

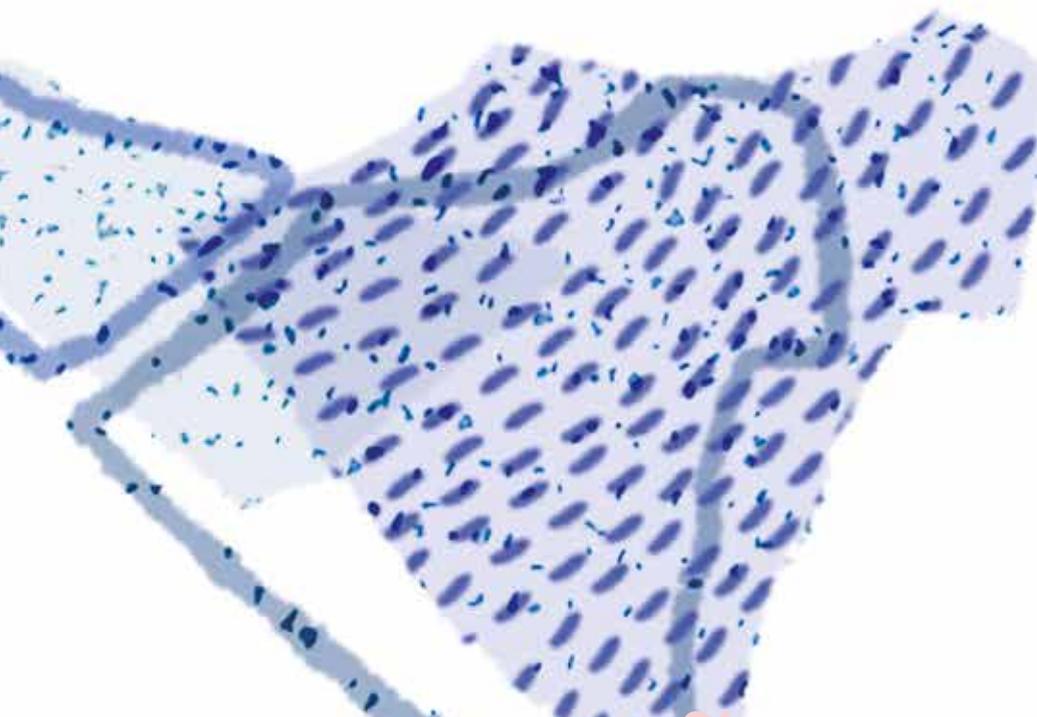
Com a conclusão dessa etapa, a RAMM trabalhou de forma mais estrutural e, nesse contexto, foi organizado um curso de formação para apoiar serviços voltados ao atendimento de mulheres afetadas pela violência.

A análise das equipes da Campanha e da RAMM, bem como a observação participante, mostrou um movimento que começou com ações emergenciais e respostas, e levou à construção de iniciativas estruturantes e transformadoras, para lidar com a pandemia e formas específicas de violência e vulnerabilidades dela decorrentes. Isso não era um movimento linear: emergência, iniciativas reativas e a transformação e estruturação de serviços coexistiram. Salientamos que isso levou à formação de comunidades “político-emocionais”, seguindo Jimeno (2010) (McIlwaine et al., 2022).

A confluência de práticas é percebida na vida das mulheres que participaram da pesquisa. Práticas de enfrentamento de curto prazo se entrelaçam com formas estruturais, individuais com coletivas, formais com informais. Estas redes são tecidas nas relações e no território.

Primeiro é reativo, a gente não sabe nem bem com o que a gente tá lidando (...) assim como tudo no início da pandemia foi reativo (...) eu acho que a mudança ocorre a partir do momento que a gente se reconhece enquanto rede e consegue entender o que pode sair de bom dali (...) isso começa a ser pensado coletivamente de forma intencional e não só reativa. Acho que tem esta mudança a partir do momento que a gente se conhece, troca ideias e pensa junto.

Integrante da RAMM



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



Mulheres na Maré identificaram múltiplos enfrentamentos e práticas criadas para resistir à urbanidade de gênero e violência, revelando o complexo entrelaçamento de ações emergenciais e reativas com ações que produzam resultados mais permanentes e mudanças transformadoras na vida das mulheres. Investigando as experiências em vários aspectos e escalas, o papel ativo das mulheres no combate às formas urbanas diretas e indiretas de violência de gênero surgiu em um complexo sistema de práticas de resistência.

As práticas de resistência são formais e informais, com ações de curto, médio e longo prazos, reativas e transformadoras, individuais e coletivas. A centralidade da mulher na composição do apoio a redes é a chave para estas práticas, tecidas no território, especialmente pela transmissão oral de conhecimento e experiência transgeracional. Embora as formas de lidar com a violência não sejam necessariamente percebidas e nomeadas como tal, elas são sistematicamente integradas na vida diária das mulheres.

A pesquisa revelou a força do poder local e do conhecimento coproduzido, das redes formais mobilizadas por mulheres no território da Maré e em seus encontros com a cidade, e do engajamento a espaços de proteção criados ao longo da vida. Muitas práticas formuladas respondem a lacunas históricas deixadas nos serviços públicos de acolhimento e proteção de pessoas que vivem em favelas e periferias, e à ação historicamente violenta e racializada do Estado nestas regiões.

No entanto, a eficácia dos serviços públicos diz respeito não só à garantia de acesso, mas à garantia e ao desenvolvimento de políticas que vão ao encontro das singularidades de suas histórias, modos de vida e necessidades reais. Políticas eficazes e que reconheçam que as mulheres são vítimas e sobreviventes da violência, quando devem agir e assumir a responsabilidade por sua própria segurança que, muitas vezes, resultam na revitimização, ao tentar acessar os serviços disponíveis.

Os espaços coletivos surgem como fundamentais na construção de redes de enfrentamento e resistência para as mulheres da Maré, que vão desde espaços com alto grau de informalidade, como pequenos coletivos autônomos, para mais densamente espaços institucionalizados, como as organizações da sociedade civil com alto grau de formalidade e institucionalização. Os últimos lugares de engajamento coletivo permitem que as mulheres reconheçam experiências de violência, levando à reafirmação de suas histórias, construção de novos vínculos, retorno aos estudos, acesso a oportunidades remuneradas, e engajamento em processos de luta e transformação política.

Contudo, a ambivalência dos espaços públicos foi um destaque. Estes também podem operar como produtores de violência. As delegacias de polícia, em particular, surgiram como espaços onde as mulheres são frequentemente violadas ao buscar abrigo e proteção. Isso tem sérias implicações para políticas futuras e a alocação de recursos para combater a violência. Ao mesmo tempo, não vêm apenas do setor público as provisões de serviços e políticas que produzem violência. Os grupos armados são vistos como fonte de proteção e produção da violência de gênero. Nesse sentido, às vezes o silêncio das mulheres ocupa um papel central no enfrentamento e resistência a formas diretas e indiretas de violência urbana de gênero.

Espaços coletivos que desempenham um papel importante na construção de práticas de enfrentamento com estruturas, impactos transformadores e de longo prazo, principalmente organizações da sociedade civil, devem ser centrais para políticas futuras para melhor lidar com a violência de gênero.

Finalmente, o corpo ocupa um papel fundamental na dimensão do enfrentamento da violência. Mulheres devem resistir por meio de seus corpos e é neles que a história de suas lutas está marcada. Dentro de experiências incorporadas, as mulheres traçam estratégias e percursos pelas ruas da Maré, escondem-se em casas próximas; mudam

de casa, trabalho, hábitos; seus corpos procuram a companhia e o apoio de outras mulheres; elas entram e saem da Maré para proteger outros corpos; seus corpos respondem e afirmam seu valor; elas choram, dão vida a outros corpos e cuidam de tantos outros. Estes corpos encontram poder ancestral e recriam suas próprias histórias. Diante de tudo isso, é importante encerrar este relatório com fortes vozes femininas da Maré:

Nós que movemos tudo. Se você for olhar aí, a maioria dos locais é a mulher que trabalha; é a mulher que está na frente em tudo. Entendeu? E nós movemos... se você olhar, a maioria da população da Maré é mulher. Mulher que gera mulher, que vem filha, a maioria é mulher. [...] Gera o mundo todo.

Patricia, 31 anos, parda

E eu acho que é basicamente isso que as mulheres fazem, a gente já aprendeu a se defender, mesmo que seja, sei lá, só ficando juntas.

Rita, 19 anos, preta

Acho que a mulher é importante para tudo, porque ninguém consegue fazer nada - na minha opinião, não estou generalizando - sem uma mulher.

Rosa, 25 anos, branca

Eu queria dizer que a gente tem que tentar mostrar para os homens que eles não são tão superiores assim. Tem muita mulher que faz muito melhor. E tentar, a gente mesmo, entender que a gente não é inferior. Mostrar para eles que eles não são tão superiores e a gente entender que a gente não é inferior.

Teresa, 20 anos, preta

É engraçado, antigamente as pessoas falavam que o homem era o provedor da casa, o homem ia atrás e pegava as coisas. Só que as mulheres faveladas é que vão atrás de comprar coisa para os filhos, de pagar a escola, de querer o melhor. [...] E acho que é esse momento de as mulheres perceberem o quanto são fortes...

Joseane, 19 anos, indígena

RECOMENDAÇÕES

- Os serviços públicos e especialmente policiais/ judiciais devem passar por aperfeiçoamento sobre como lidar com mulheres denunciando violência, para evitar a revitimização;
- As organizações da sociedade civil devem estender o serviço híbrido com provisão (*on-line* e presencial), como desenvolvido durante a pandemia de COVID-19, para mulheres que precisam de apoio em questões de gênero e violência urbana;
- Provisão de espaços coletivos, formais e informais, para capturar mecanismos de apoio e resistência das mulheres nos casos de violência urbana de gênero;
- Criação de opções de subsistência para as mulheres - possivelmente por empréstimos de microcrédito - permitindo que elas façam escolhas em relação a questões de gênero e especialmente intrafamiliares e íntimas, em caso de violência do parceiro;
- Investimento do Estado e da sociedade civil na construção da história da comunidade e iniciativas de ancestralidade para moradores locais, lideradas por mulheres, para desafiar o estigma e o racismo, construir dignidade e celebrar a contribuição das mulheres para a cultura da favela;
- Garantia de direitos de cidadania contínuos, educação e compartilhamento de informações e trabalhos precisam incluir explicitamente a experiência das mulheres como sobreviventes de violência urbana de gênero;
- Um sistema de alerta de perigo baseado em aplicativo *on-line* sistemático, como *hotspots* para mulheres, deve ser desenvolvido dentro e além da Maré (incluindo sobre operações policiais);
- As condições estruturais que sustentam a violência urbana de gênero devem ser enfrentadas, incluindo o combate à pobreza, à desigualdade, ao racismo e ao sexismo. Como parte disso, as operações policiais na Maré devem cessar;
- Mulheres da Maré devem ser incluídas na criação e na formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarez, Sonia E. (1990). *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.

Brickell, Katherine; Maddrell, Avril. (2016). Geographical Frontiers of Gendered Violence. *Dialogues in Human Geography*, v. 6, n. 2, p. 170-172.

Carneiro, Sueli. (2003). Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133.

Certeau, Michel de. (1984). *The Practice of Everyday Life*. Berkeley, CA: University of California Press.

Datta, Ayona; Ahmed, Nabeela. (2020). Intimate Infrastructures: The rubrics of gendered safety and urban violence in Kerala, India, *Geoforum*, n. 110, p. 67-76.

Datta, Kavita; McIlwaine, Cathy; Evans, Yara; Herbert, Joanna; May, Jon; Wills, Jane. (2007). From Coping Strategies to Tactics: London's low-pay economy and migrant labour. *British Journal of Industrial Relations*, v. 45, n. 2, p. 409-438.

Elwood, Sarah. (2006). Negotiating Knowledge Production: The everyday inclusions, exclusions, and contradictions of participatory GIS research., *The Professional Geographer*, v. 58, n. 2, p. 197-208.

Faria, Caroline. (2017). Towards a Countertopography of Intimate War: Contouring violence and resistance in a South Sudanese diaspora, *Gender, Place and Culture*, v. 24, n. 4, p. 575-593.

Fernandes, Fernando L. (2014). The Construction of Socio-Political and Symbolical Marginalisation in Brazil, *International Journal of Humanities and Social Science*, v. 4, n. 2, p. 53-67.

Fluri, Jennifer L.; Piedalue, Amy. (2017). Embodying Violence: Critical geographies of gender, race, and culture, *Gender, Place & Culture*, v. 24, n. 4, p. 534-544.

Gago, Verónica. (2020). *Feminist International*. London: Verso.

Garde-Hansen, Joanne; Worcman, Karen. (2016). *Social Memory Technology: Theory, practice, action*. New York/ Oxford: Routledge.

Garmany, Jeff; Pereira, Anthony W. (2018). *Understanding Contemporary Brazil*. London: Routledge.

Gonzalez, Lélia. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade, *Tempo Brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82.

Guimarães, Maisa C.; Pedroza, Regina L. S. (2015). Violência contra a Mulher: Problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas, *Psicologia e Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 256-66.

Heath, Sue; Chapman, Lynne; The Morgan Centre Sketchers. (2018). Observational Sketching as Method, *International Journal of Social Research Methodology*, v. 21, n. 6, p. 713-728.

Heredia, Marta Iñiguez de. (2017). *Everyday Resistance, Peacebuilding and State-Making: Insights from Africa's World War*. Manchester: Manchester University Press.

Hooks, Bell. (1990). Marginality as a Site of Resistance. In: R Ferguson; M Gever; T Minh-ha; C West (Eds). *Out there: marginalization and contemporary cultures*. New York: MIT Press, p. 341-343.

Hume, Mo.; Wilding, Polly. (2020). Beyond Agency and Passivity: Situating a gendered articulation of urban violence in Brazil and El Salvador, *Urban Studies*, v. 57, n. 2, p. 249-266.

ISP [Instituto de Segurança Pública]. (2021). *Dossiê Mulher 2021*. Rio de Janeiro: ISP. Disponível em <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=212>>

Johansson, Anna; Vinthagen, Stellan. (2016). Dimensions of Everyday Resistance: An Analytical Framework, *Critical Sociology*, v. 42, n. 3, p. 417-435.

Jokela-Pansini, Maaret. (2020). Complicating Notions of Violence, *EPC: Politics and Space*, v. 38, n. 5, p. 848-865.

Krenzinger, Miriam; Farias, Patrícia; Morgado, Rosana; Mcllwaine, Cathy. (2021). Violência de Gênero e Desigualdade Racial em uma Pesquisa com Mulheres no Território Conflagrado do Conjunto de Favelas da Maré/Rio de Janeiro, *Revista Trabalho Necessário*, v.19, n. 38, p. 266-289.

Krenzinger, Miriam; Silva, Eliana Sousa; Mcllwaine, Cathy; Heritage, Paul (eds). (2018). *Dores que Libertam*. Rio de Janeiro: Attis.

Jimeno, Myriam. (2010). Emoções e Política: A vítima e a construção de comunidades emocionais, *Mana*, v. 16, n. 1, p. 99-121.

Lopes-Heimer, Rosa Dos Ventos (forthcoming). Travelling Cuerpo-Territorios, *Third World Thematics*.

Loureiro, Gabriela S. (2020). To Be Black, Queer and Radical:

Centring the epistemology of Marielle Franco, *Open Cultural Studies*, n. 4, p. 50-58.

Maier, Elizabeth; Lebon, Nathalie (Eds). (2010). *Women's Activism in Latin America and the Caribbean: Engendering social justice, democratizing citizenship*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.

Márquez-Montaño, Erika. (2020). Parar para Avanzar: Feminist Activism in 2019 Latin American Mobilizations. In: J Shayne (ed) *Persistence is Resistance: Celebrating 50 Years of Gender, Women & Sexuality Studies*. Seattle, WA: University of Washington Libraries.

Martin, Deborah; Shaw, Deborah. (2021). Chilean and Transnational Performances of Disobedience: LasTesis and the phenomenon of Un Violador en tu Camino, *Bulletin of Latin American Research*, v. 40, n. 5, p. 712-729.

Mcllwaine, Cathy. (2013). Urbanisation and Gender-based Violence: Exploring the paradoxes in the Global South, *Environment and Urbanization*, v. 25, n. 1, p. 65-79.

Mcllwaine, Cathy; Krenzinger, Miriam; Rizzini Ansari, Moniza; Evans, Yara; Silva, Eliana Sousa. (2021). O Direito à Cidade de Mulheres: Uma análise sobre suas limitações a partir de violências infraestruturais de gênero contra brasileiras em Londres e na Maré, Rio de Janeiro, *Revista de Direito da Cidade*, v. 13, n. 2, p. 954-981.

Mcllwaine, Cathy; Krenzinger, Miriam; Rizzini Ansari, Moniza; Resende, Noelle. (2022). Building Emotional-Political Communities to Address Gendered Violence against Women and Girls during COVID-19: Reflections from Maré, Rio de Janeiro, Brazil, *Social and Cultural Geography*. Disponível em <<https://doi.org/10.1080/14649365.2022.2065697>>

Moser, Caroline. (2009). *Ordinary Families, Extraordinary Lives; Assets and poverty reduction in Guayaquil, 1978-2004*. Washington DC: Brookings Institution Press.

Moser, Caroline. (2021). From Gender Planning to Gender Transformation: Positionality, theory and practices in cities of the global South, *International Development Planning Review*, v. 43, n. 2, p. 205-229.

Munanga, Kabengele. (2019). *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.

Nascimento, Beatriz. (2021). The Concept of Quilombo and Black Cultural Resistance. In: C Smith; A Davies; B Gomes (eds) *In Front of the World: Translating Beatriz Nascimento*, *Antipode*, v. 53, n. 1, p. 279-316.

#NiUnaMenos. (2017). *Carta Orgánica*. Disponível em <<http://niunamenos.org.ar/quienes-somos/carta-organica/>>

Pain, Rachel. (2014). Seismologies of Emotion: Fear and activism during domestic violence, *Social & Cultural Geography*, v. 15, n. 2, p. 127-150.

People's Palace Project; Redes da Maré. (2020). *Building the Barricades: Mental health, violence, culture and resilience in Maré* (Report). Disponível em <<https://peoplespalaceprojects.org.uk/en/publications/building-the-barricades-reports/>>

Piedalue, Amy. (2017). Beyond Culture as an Explanation for Intimate Violence: The politics and possibilities of plural resistance, *Journal of Feminist Geography*, v. 24, n. 4, p. 563-574.

Piedalue, Amy. (2019). Slow Nonviolence: Muslim women resisting the everyday violence of dispossession and marginalization, *EPC: Politics and Space*, p. 1-18.

Rajah, Valli; Osborn, Max. (2020). Understanding Women's Resistance to Intimate Partner Violence: A Scoping Review, *Trauma, Violence, & Abuse*. First published *on-line*.

Redes da Maré. (2013). *Censo Populacional da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré. Disponível em <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>>

Ribeiro, Djamila. (2017). *O Que É Lugar de Fala?* Belo Horizonte: Letramento.

Rottenberg, Catherine. (2019). #MeToo and the Prospects of Political Change, *Soundings. Journal of Politics and Culture*, n. 71(Spring), p. 40-49.

Scott, James C. (1985). *Weapons of the Weak*. New Haven, CT: Yale University Press.

Segato, Rita. (2016). Patriarchy from Margin to Center, *South Atlantic Quarterly*, v. 115, n. 3, p. 615-624.

Serafini, Paula. (2020). A Rapist in your Path: Transnational feminist protest and why (and how) performance matters, *European Journal of Cultural Studies*, v. 23, n. 2, p. 290-295.

Silva, Eliana Sousa. (2017). *A Ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro: Percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré.

Smith, Christen A. (2016). Facing the Dragon: Black mothering, sequelae, and gendered necropolitics in the Americas, *Transforming Anthropology*, v. 24, n. 1, p. 31-48.

UN Women. (2015). *A Framework to Underpin Action to Prevent Violence Against Women*. New York: UN Women.

Ventura Alfaro, María José. (2020). Feminist Solidarity Networks have Multiplied since the COVID-19 outbreak in Mexico, *Interface*, v. 12, n. 1, p. 82-87.

Zaragocin, Sofia; Caretta, Martina Angela. (2021). Cuerpo-Territorio: A decolonial feminist geographical method for the study of embodiment, *Annals of the American Association of Geographers*, v. 111, n. 5, p. 1503-1518.

Zulver, Julia. (2016). High Risk Feminism in El Salvador, *Gender and Development*, v. 24, n. 2, p. 171-185.

Zulver, Julia. (2022). *High-Risk Feminism in Colombia: Women's mobilization in violent contexts*. New Brunswick: Rutgers University Press.

ANEXO 1: TEMAS COBERTOS NAS ENTREVISTAS E GRUPOS FOCAIS

1. TEMAS DAS ENTREVISTAS

Bloco 01: Relacionamento com a Maré

- Tempo de residência
- Memórias notáveis
- Relação afetiva com o território
- Dinâmica cotidiana
- Papel da mulher na Maré

Bloco 02: Territórios e Violência

- Percepções sobre discriminação e desvantagens para morar na Maré
- Operações policiais e confrontos entre facções do tráfico
- Circulação na Maré
- Circulação pela cidade

Bloco 03: Violência Doméstica

- Experiências pessoais e familiares de violência
- Perda de oportunidades, propriedade, restrições de comportamento e movimento
- COVID-19 e violência

Bloco 04: Práticas de Enfrentamento

- Estratégias e práticas em dias de Operação
- Estratégias e práticas relacionadas à violência urbana
- Pessoas que acessam serviços de redes/instituições
- Coletivos e instituições que conhecem/acessam
- Experiências no acesso a redes de proteção
- Planos para o futuro

2. TEMAS DOS GRUPOS FOCAIS

Eixo 01: Gênero e Violência

- Perspectivas sobre violência de gênero
- Quais as especificidades em relação a outras formas de violência
- O que são fatores de risco (interseccionalidades)

Eixo 02: Territórios e Violência

- Diferenças dentro e fora da favela
- Como a violência de gênero aparece na Maré
- Como são sentidos em outros espaços da cidade
- Como os corpos das mulheres são afetados

Eixo 03: Práticas de enfrentamento

- Como e onde eles cuidam de si mesmos
- Quais recursos são usados para proteção
- Quais redes, coletivos, instituições e serviços eles conhecem e acessam
- Estratégias e práticas adotadas

NÃO EXISTE MULHER FRÁGIL, EXISTE MULHER QUE NÃO RECONHECE A FORÇA QUE TEM

SEMPRE ME POSICIONEI DE ALGUMA FORMA

VOCÊ NÃO PODE SE MEIAR, OU CORRE RISCO TAMBÉM

MAS PODE CONSULAR, ACOLHER, CONVERSAR

EU NUNCA CONTEI PARA NINGUÉM

MINHA VELOCIADA

NA TERÇA, COM O QUE ESCAVA DESTROU MINHA FAMÍLIA E MEU LAR

SÓ CONSEGUI SAIR DISSO PELA MINHA FILHA

QUANTO MAIS MULHERES FILIARTEM SE DIVIDIREM, FORÇAMOS CADA UMA PARA SI PRÓPRIAS

ADÔ, CONSEGUI COLOCAR AS COISAS PARA TORA

MÁ É SÓ VOCÊ QUE TROUXO PRA ISSAS COISAS

QUEBRO MAIS ENCONTROS COMO ESTE

EU GOSTO DE ME OLHAR NO ESPELHO E FALAR: ESTOU ÓTIMA! SOZINHA

TENHO MEDO DE TER OUTROS RELACIONAMENTOS

A PIRÂMIDE DA OPRESSÃO

ME CUIDO

ME POSICIONO ENQUANTO MULHER FALEADA

TENHO ORGUHO

OCORRO MEU LUGAR

MÓDICA, VOCÊ É MIA PAÍS? NÃO IMPRECE*

TENHO QUE SER TRÁS PIZES MULHER QUE DEPTA CA BRANCO

DENTRO DA FANELA, ESTOU EM CASA

LA TORA, SE EUGO COM DEPTERADA PIZO, NÃO VIO NEM ME REBOLDO

MULHER PRETA, INDIGENA, ENVELADA...

CHAVE ENTRE OS DEDOS

ME PROTEJO COMO POSSO

ESPERO O AMIGO BOMBO PARA PASSAR AO LADO DA VIATURA

NÃO É PERMIDIDO DE A MULHER SCHA O QUE ELA QUIER

SORRY DE PIRÂMIDA É NA BOLSA

EXISTEM VÁRIAS TAREFAS DENTRO DE UMA MESMA MULHER

TODAS MULHERES AO MEU REDOR PASSAM POR ISSO

TEMOS O DIREITO DE NOS CUIDAR, JÁ CUIDAMOS DE TODO MUNDO

É ALGO QUE JÁ VEM DA MÃE. ELA NEM SUBSTANTO VÁRIAS COISAS

PODEMOS TENDR DESCONSTRUIR ISSO PARA NISSAS PIZAS

MINHA FILHA ME INCENTIVOU A TER AMOR PRÓPRIO POR CANSAR BELA

COM TERAPIA CONSEGUI FALAR SOBRE, ME LIBERAR

HOJE TRO MEU DIA PARA CUIDAR DE MIM

DIVIDIR AS TAREFAS FAZER AQUIA

TER CORAGEM DE VIVER SEM MARIDO

HOJE NÃO ACETA NÃO CONSEGO FICAR QUIETA, NEM COMIGO, NEM COM NINGUÉM

COLOCAR A ESPERANÇA DE NUNCA BEUNDO DO SÍTIO PARA ME DEFENDER BELL

MINHA PROTEITIVA NUNCA FUNCIONOU COMIGO

MINHA FE ME AZODOU

A SUTILEZA DAS OPRESSÕES NORMALIZADAS NO COTIDIANO

TEM UMA CIGARRA DENTRO DE MIM

EU GATO

NUNCA LUMBRAR OU SERVIR A MESA

FAZER DIA THORAR DE BOLA JO COM UM OUTRO

MULHERES QUE TOGEM DOS PARODOS: TRANS, LESBICAS, MAIS MASCULINAS, MAIS POBRES... SÓ TEM PALS

SAIU ALTO DEPLIARA A PRESSÃO PARA SER ACITIA

PEITO ESTIADO, BARRICA CONTRA TENSÃO

CHURRINA NO CARRO

UM GATO

TEMHO MEDO DE ERBAR ME SINTO SUFOCADA

DEIXOU MUITOS BURACOS NA MINHA TRAJETÓRIA

ACHAVA QUE NÃO TINHA VIE

QUE NÃO PERBELA O HÍBRIDO

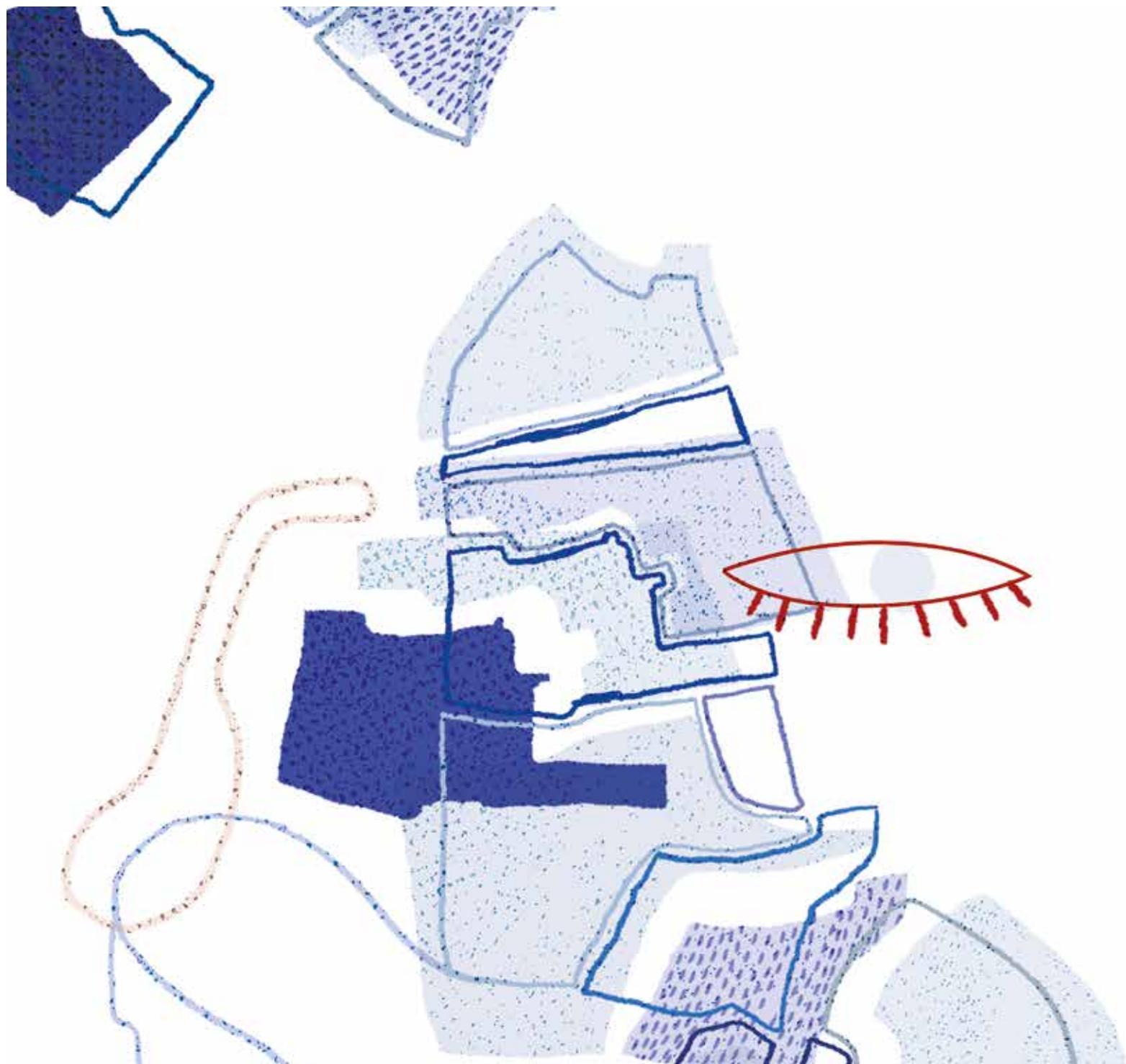
AMERICANO

PIBONDO BRITO A TRÊS

Sobre este relatório:

DESIGN GRÁFICO:
REFINARIA DESIGN (BRASIL)

ILUSTRAÇÃO DA CAPA:
PAULICA SANTOS



PESQUISA REALIZADA POR



APOIO:



Supported using public funding by
ARTS COUNCIL ENGLAND

